

Diário do Legislativo de 02/04/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PPS/PRTB/PSB E PV):

Líder: Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS) e Gustavo Valadares (PRTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PFL/PPB:

Líder: Alberto Bejani (PFL)

Vice-Líderes: Leonardo Quintão (PFL) e Márcio Passos (PFL)

3) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Jô Moraes (PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líder: Chico Rafael

5) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Jayro Lessa

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder: Fábio Avelar

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho (PPB)

Vice-Líderes: Bonifácio Mourão (PMDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PFL)

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Bloco Vice-Presidente
Dalmo Ribeiro PFL/PPB
Silva

Deputado BPSB
Carlos Pimenta

Deputado Bloco
Leonardo PFL/PPB
Quintão

Deputada Jô Bloco PT/PC
Moraes do B

Deputado Chico PMDB
Rafael

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Júnior

Deputado Dimas Fabiano Bloco PFL/PPB

Deputado Ermano Batista BPSB

Deputado João Bittar Bloco PFL/PPB

Deputado Roberto Bloco PT/PC do
Carvalho B

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Bloco Presidente
Bittar PFL/PPB

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado Zé BPSB
Maia

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PC do
B

Deputado Olinto PTB
Godinho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Bloco PFL/PPB
Silva

Deputado José Henrique PMDB

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado André Quintão Bloco PT/PC do
B

Deputado Fábio Avelar PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado	Bloco	Presidente
Sebastião Vieira	Navarro PFL/PPB	

Deputado Ângelo	Durval Bloco PT/PC do B	Vice-Presidente
--------------------	-------------------------	-----------------

Deputado Valadares	Gustavo BPSP	
-----------------------	--------------	--

Deputado Batista	Ermanno BPSP	
---------------------	--------------	--

Deputado Piau	Paulo Bloco PFL/PPB	
------------------	---------------------	--

Deputado Mourão	Bonifácio PMDB	
--------------------	----------------	--

Deputado Moreira	Leonardo PL	
---------------------	-------------	--

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Bloco PFL/PPB
Silva

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PC do
B

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Márcio Passos Bloco PFL/PPB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PL

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia PTB Presidente
Pacífico

Deputada BPSB Vice-Presidente
Vanessa Lucas

Deputado Dimas Bloco
Fabiano PFL/PPB

Deputada Maria Bloco
Tereza Lara PT/PC do B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Miguel Martini BPSB

Deputado Antônio Genaro Bloco PFL/PPB

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PC do
B

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco Presidente
Ângelo PT/PC do B

Deputado Bloco Vice-Presidente
Roberto Ramos PFL/PPB

Deputado Mauro BPSB
Lobo

Deputado Bloco
Roberto PT/PC do B
Carvalho

Deputado Célio PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Campos Bloco PT/PC do
B

Deputado Alberto Bejani Bloco PFL/PPB

Deputado Fahim Sawan BPSB

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PC do
B

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputada Ana Maria BPSP Vice-Presidente

Deputado Dalmo Bloco
Ribeiro Silva PFL/PPB

Deputado Weliton Bloco PT/PC
Prado do B

Deputado Leonídio PTB
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Alberto Bejani Bloco PFL/PPB

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PC do
Lara B

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano BPSP Presidente
Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Irani Bloco
Barbosa PFL/PPB

Deputado Gil Bloco
Pereira PFL/PPB

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PC do B

Deputado José PMDB
Henrique

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton PL

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Leonardo Bloco PFL/PPB
Quintão

Deputado Márcio Passos Bloco PFL/PPB

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PC do
B

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente
José Haueisen PT/PC do B

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado Márcio Bloco
Passos PFL/PPB

Deputado José PL
Milton

Deputado Fábio PTB
Avelar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do
Augusto B

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Elmiro Bloco PFL/PPB
Nascimento

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputada Lúcia Pacífico PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Bloco Presidente
Viana PFL/PPB

Deputado Padre Bloco PT/PC Vice-Presidente
João do B

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado Alencar BPSP
da Silveira Júnior

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau Bloco PFL/PPB

Deputada Maria José Bloco PT/PC do
Haueisen B

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Bonifácio PMDB
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSP Presidente
Olívia

Deputado Bloco Vice-Presidente
Antônio Genaro PFL/PPB

Deputado BPSP
Doutor Ronaldo

Deputado BPSP
Djalma Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PC do B
Augusto

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Dimas Fabiano Bloco PFL/PPB

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Júnior

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PC do
B

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente
Ricardo Duarte PT/PC do B

Deputado Fahim BPSP Vice-Presidente
Sawan

Deputado Neider BPSP
Moreira

Deputado Bloco
Doutor Viana PFL/PPB

Deputado João Bloco
Bittar PFL/PPB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões Bloco PT/PC do
B

Deputado Doutor Ronaldo BPSB

Deputado Carlos Pimenta BPSB

Deputado Alberto Bejani Bloco PFL/PPB

Deputado Leonardo Bloco PFL/PPB
Quintão

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Sargento
Rodrigues

Deputado Alberto Bloco Vice-Presidente
Bejani PFL/PPB

Deputado Olinto PTB
Godinho

Deputado Rogério Bloco
Correia PT/PC do B

Deputado PL
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado Roberto Ramos Bloco PFL/PPB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PC do
B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputada Marília Bloco Vice-Presidente
Campos PT/PC do B

Deputado Ana BPSP
Maria

Deputado Bloco
Pinduca Ferreira PFL/PPB

Deputado André Bloco
Quintão PT/PC do B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa PL

Deputado Padre João Bloco PT/PC do
B

Deputado Paulo César BPSP

Deputado Dimas Fabiano Bloco PFL/PPB

Deputada Maria José Bloco PT/PC do
Haueisen B

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Bloco Presidente
Pereira PFL/PPB

Deputado PMDB Vice-Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Bloco
Laudelino Augusto PT/PC do B

Deputado Sidinho PL
do Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas Fabiano Bloco PFL/PPB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo César BPSP

Deputada Cecília Bloco PT/PC do
Ferramenta B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PMDB Presidente
Henrique

Deputado Elmiro Bloco Vice-Presidente

Nascimento PFL/PPB

Deputado Paulo BPSP
César

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PC do
B

Deputado PTB
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Sebastião Bloco PFL/PPB
Navarro Vieira

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do
Augusto B

Deputado Arlen Santiago PTB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 8ª Reunião Extraordinária

1.3 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 31/3/2003

Presidência da Deputada Ana Maria

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Luiz Fernando Faria - Ana Maria - André Quintão - Célio Moreira - Dimas Fabiano - Elmiro Nascimento - Jayro Lessa - Jô Moraes - Laudelino Augusto - Rogério Correia - Vanessa Lucas.

Falta de Quórum

A Sra. Presidente (Deputada Ana Maria) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 1º, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 27/3/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Rogério Correia; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.452; discursos dos Deputados Maria Tereza Lara, Ivair Nogueira, Doutor Viana, Miguel Martini e Pinduca Ferreira; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; votação secreta; rejeição; declarações de voto - Votação, em turno único, dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.492 e 15.499; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.495; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os vetos às Proposições de Lei nºs 15.486, 15.487, 15.489 e 15.491, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que os vetos às Proposições de Lei nºs 15.452, 15.492, 15.499, 15.495 e 15.500 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.452, que assegura benefícios aos servidores que menciona. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ivair Nogueira opinou pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, em conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos ao Presidente, Deputado Mauri Torres, a todos os companheiros Deputados e Deputadas. Queremos, neste momento, encaminhar a votação do veto à Proposição de Lei nº 15.452 para a sua rejeição. Daremos as razões para isso. O projeto original pretende conceder pensão mensal vitalícia aos portadores de Hanseníase que prestam serviço à Colônia Santa Isabel e a outros sanatórios. Os nomes constantes no anexo originalmente enviado são os que integraram o ato da FHEMIG publicado no dia 3/8/91, que concedeu progressão. Tal pensão foi criada em 1984 e previa um reajuste igual aos dos servidores da FHEMIG. O valor variava entre R\$493,00 e R\$1.650,00. Quem são essas pessoas?

São funcionários hansenianos, vigias, copeiros, jardineiros, lavadeiras, costureiras, motoristas de ambulâncias, barbeiros, hortelão, telefonista, bombeiro, coveiro, marceneiro, auxiliar de enfermagem, porteiro, pedreiro, mecânico. São pessoas que estão, há anos e anos, trabalhando nos hospitais e dando sua vida para que hansenianos e seus familiares tenham qualidade de vida e convivam com dignidade, como estamos defendendo, e, também, construam a cidadania por intermédio do trabalho. Atuavam e atuam em hospitais, como o Cristiano Machado, o Sanatório Padre Damião, o Sanatório Santa Fé, o Sanatório João Francisco de Assis e o Sanatório Santa Isabel, que conheço de perto porque

localiza-se em Betim, onde resido. É uma questão social. São pessoas que trabalham há anos dando o melhor de si e não podem, de uma hora para outra, ficar totalmente desamparados, sem nenhum direito trabalhista.

O Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, alterou completamente o projeto, incorrendo em grave erro ao dispor apenas que aos servidores relacionados no anexo serão concedidos benefícios da Lei Complementar nº 64, de 2002, Lei da Previdência Estadual. Retirou os valores, retirou as demais disposições específicas. Primeiramente, não são servidores, a expressão é tecnicamente incorreta. Também não são contratados, são de função pública, não estáveis. Retirar os valores também não se justifica.

O art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual reconhecia os bolsistas como empregados da FHEMIG. O Supremo Tribunal Federal julgou esse artigo inconstitucional. O Estado ficou sem uma solução jurídica para efetuar o pagamento dos bolsistas. A Procuradoria-Geral do Estado estudou a questão e apontou a concessão de bolsa mensal vitalícia como instrumento jurídico adequado. O Governador vetou integralmente, alegando inconstitucionalidade do projeto. A questão não é da Previdência Social, mas de assistência social.

Não podemos, de forma alguma, deixar de rejeitar esse veto, porque é uma questão eminentemente social. É preciso rejeitar o veto, permitir que os bolsistas continuem o diálogo com o Governador e haja um projeto pelo qual esse problema seja definitivamente resolvido. Temos percebido nesta Casa, por dias e semanas, a participação desses trabalhadores, hansenianos e seus familiares, que estão apenas defendendo seu direito ao trabalho. Sabemos do grande índice de desemprego que temos, do grande esforço e da proposta de avanço do Governo Federal para a criação de empregos; não podemos ir na contramão da história do Brasil, deixando desempregadas sobretudo essas pessoas, mesmo que juridicamente ainda não estejam amparadas, já que, por direito, têm esse trabalho e esse emprego.

Apelo a esta Casa para, por unanimidade, não importa que seja a Situação ou a Oposição, nos unirmos a esses companheiros trabalhadores, garantindo-lhes o direito ao emprego.

Na própria fala do Governador podemos ver que, enviando o veto a esta Casa, ele ressalta a importância social do projeto. Esse deve ser nosso norte, temos que votar a partir da importância social desse projeto.

O relator dessa matéria, Deputado Ivair Nogueira, em sua fundamentação, também apresenta e propõe a rejeição do veto.

A fundamentação diz: (- Lê:)

"O vínculo dos bolsistas com o Estado iniciou-se quando foram adotadas medidas de segregação compulsória dos pacientes portadores de mal de Hansen nos sanatórios públicos, com o objetivo de conter a expansão da doença. Atualmente, os bolsistas continuam prestando serviços diretamente à Fundação, de maneira não eventual. Submetem-se às suas determinações, à sua hierarquia e recebem remuneração pelos serviços prestados. Além disso, contribuem para a Previdência e para a assistência à saúde, como detentores de função pública. O projeto original previa o amparo aos bolsistas por meio da concessão de pensão mensal vitalícia, instituto vinculado à política de assistência social. Essa proposta encontra óbice na legislação que regula a matéria. O art. 203 da Constituição da República determina que essa assistência deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição. A Lei Orgânica nº 8.742, de 1993, estabelece, como objetivo da assistência social, garantir um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de providenciar a própria manutenção".

Ora, essa legislação garante assistência até àqueles que não estão trabalhando. E os bolsistas, que trabalharam anos e anos, apenas estão defendendo seus direitos. Não é possível que tenham cassados esses direitos que são garantidos até aos que não estão trabalhando. Seria uma grande injustiça. Por isso, nosso Bloco - PT-PC do B - pretende derrubar esse veto. (- Lê:)

"Para regularizar essa situação, esta Casa propõe um substitutivo que assegura benefícios previdenciários aos bolsistas nos termos da Lei Complementar nº 64/2002. Isso se justifica porque essas pessoas, embora, a princípio, tenham sido coagidas pela necessidade, continuam agindo como detentores de função pública." Reafirmando: não são funcionários, servidores, mas detêm função pública.

Encaminhado, defendendo a justiça, pela rejeição do veto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ivair Nogueira.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem apresentei meu relatório pela rejeição do veto, relativamente ao projeto que trata dos bolsistas das colônias de hansenianos das cidades de Betim, Três Corações, Bambuí e Ubá. Ressalto a compreensão e o apoio do nosso Líder, Deputado Alberto Pinto Coelho, que trabalhou na mesma linha, empenhando-se para que o fato fosse corrigido, sendo o veto rejeitado em Plenário, já que os bolsistas, que prestaram serviços nas colônias de hansenianos, precisam ser reconhecidos. Ao rejeitar esse veto, estamos fazendo justiça aos bolsistas que prestaram serviços em suas respectivas colônias na época da discriminação, quando não havia pessoas dispostas a fazê-lo. Por esses e outros motivos apresentados ontem, em meu relatório, peço a rejeição do veto, regularizando o projeto que trata dos bolsistas das colônias de hansenianos dessas quatro cidades, cuja relação encontra-se em anexo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana - Quero reforçar tudo o que foi dito pela Deputada Maria Tereza Lara, que, com muita propriedade, fez um histórico do projeto e do veto, e pelo Deputado Ivair Nogueira, que apresentou um relatório em defesa dos funcionários das colônias de hansenianos.

A Comissão Especial nomeada pela Presidência para analisar o veto, composta pelos Deputados Rogério Correia, Doutor Viana, José Milton e Neider Moreira, trabalhou em conjunto com os funcionários que, nesta Casa, trazem-nos o posicionamento do Governo. Neste ponto, quero agradecer em especial à Fádua, que tão bem recebeu os funcionários representantes das colônias em sua sala, onde a Comissão pôde estabelecer uma discussão para chegarmos a um bom termo.

O Governador Aécio Neves, que inicialmente havia vetado o projeto, foi sensível à situação e, pela perseverança de todos nós na busca da solução em defesa dos funcionários, para que se corrigisse mais uma injustiça, atendeu ao pedido da Comissão e à solicitação dos funcionários que o representam nesta Casa e dos que trabalham nas colônias, e concordou, por meio de seu Líder, nosso companheiro Alberto Pinto Coelho, pessoa importante na solução benéfica dessa discussão, com que derrubássemos o seu veto.

Então, estou aqui para agradecer, em nome desses funcionários, ao Governador, às pessoas que o representam na Casa, principalmente à Fádua, e a seu Líder, que nos deu todo o apoio, mostrando sensibilidade, e que trabalhou junto com o Governo para que chegássemos a esse bom termo. Dessa forma, a Assembléia Legislativa cumpre o seu papel, mais uma vez corrigindo uma injustiça que estava sendo cometida contra esses funcionários, que agora deixarão de ser bolsistas - terminologia que os discriminava - e passarão a ser funcionários, como de fato já são, com tantos anos de serviços prestados ao Estado de Minas Gerais.

Então, parabeno a todos por esse trabalho e exalto o trabalho do relator. O Deputado Ivair Nogueira foi muito feliz em seu relatório, no qual pediu a rejeição desse veto, o que foi muito importante.

Parabeno os bolsistas, que estavam realmente ansiosos, sofrendo e correndo o risco de perder seus direitos a qualquer momento. O Governo do Estado corrige agora essa injustiça e lhes dá a segurança dos seus direitos reconhecidos. A Assembléia estará de parabéns ao rejeitar esse veto daqui a pouco, em comum acordo com o próprio Governo do Estado.

Eram as minhas considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o encaminhamento que fazemos é para rejeitarmos o veto. O Governador Aécio Neves e o Secretário da Saúde, Marcus Pestana, reuniram-se com os interessados nesse projeto, os bolsistas, e tanto um como outro se convenceram de que é realmente uma questão de justiça e que a manutenção do veto, por conseguinte, seria um ato de injustiça.

O Governador vetou o projeto, como fez com tantos outros, para ter um melhor conhecimento acerca de cada uma das matérias. Ao conhecer a realidade desses bolsistas, sensibilizado pela questão, orientou a sua base de apoio para que rejeitasse o veto. Por essa razão, houve esse acordo, e a orientação que estamos seguindo é a de votar "não", rejeitando o veto, corrigindo uma injustiça e concedendo o que é correto a esses bolsistas. O Governador e o Secretário da Saúde mostram sua sensibilidade, e esperamos que o Plenário acompanhe essa orientação, a fim de concedermos a esses bolsistas o que é de direito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Pinduca Ferreira.

O Deputado Pinduca Ferreira* - Peço aos colegas Deputados que rejeitem o veto. Digam "não".

Questões de Ordem

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, solicito a recomposição do quórum.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, sugiro à Mesa que, além da chamada para recomposição do quórum, fossem convocados os Deputados que se encontram nas comissões.

O Sr. Presidente - A Presidência já solicitou a suspensão das reuniões de comissões para que os Deputados possam vir para o Plenário. Em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Wanderley Ávila, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 54 Deputados. Portanto, há quórum para votação. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermanno Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 5 Deputados. Votaram "não" 56 Deputados, totalizando 61 votos. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.452. À promulgação.

Declarações de Voto

O Deputado Roberto Carvalho - Sr. Presidente, o objetivo é elogiar a base do Governo e o Governo, que em tão pouco tempo mudou de opinião. Nossa bancada votou e defendeu a derrubada do veto. A base do Governo fez discurso fervoroso outro dia em cima da legalidade, para que não derrubássemos o veto a um projeto justo do Deputado Paulo Piau. Hoje, o veto a um projeto que o Governo coloca como absolutamente inconstitucional foi derrubado. Parabéns à base do Governo, que mudou. Espero que em outros projetos ela aja com a mesma sensibilidade para a justiça como agiu nesse.

A Deputada Maria Tereza Lara - Quero cumprimentar e parabenizar os bolsistas, que foram insistentes em defender seus direitos, e cumprimentar também todos os colegas Deputados e Deputadas que foram sensíveis a essa reivindicação justa dos bolsistas e votaram pela derrubada do veto. Queremos dar uma palavra de incentivo para que eles continuem essa luta e consigam depois que seja mandado a esta Casa um projeto que resolva definitivamente a sua situação. Muito obrigada.

O Deputado José Milton - Sr. Presidente, quero fazer coro com os colegas que já manifestaram seu apoio a esse projeto. É uma demonstração clara do respeito por aqueles servidores que, durante quase 30 anos, vêm prestando serviço nas comunidades de hansenianos em Minas Gerais, a começar pela Colônia Santa Isabel, próxima a Belo Horizonte, e nas demais colônias espalhadas por Minas Gerais.

Fui Presidente da Comissão Especial que apreciou esse veto. Fizemos reuniões com representantes dessas comunidades, na Assembléia, com acompanhamento de diversos Deputados, como Doutor Viana, Rogério Correia, e também com o Renato Barros. O Deputado Alberto Pinto Coelho me deu todo o apoio, foi interlocutor junto ao Governo para que houvesse entendimento para a derrubada desse veto. A Assembléia dá seu apoio a essa decisão, que é sábia, e vem colocar aqueles funcionários no caminho do reconhecimento, pelo Estado, de seus direitos, por entender que fizeram um trabalho difícil. Trabalhar com os hansenianos durante todos esses anos, promovendo sua inclusão social em todo Estado é uma tarefa que merece, no mínimo, o respeito e a aprovação desta Assembléia.

O Governo Aécio Neves teve a sensibilidade de entender essa questão como prioritária para resguardar o direito desses servidores. A comissão, juntamente com esta Casa, agora dá sua resposta positiva.

Parabéns aos servidores que, finalmente, têm seus direitos reconhecidos. Poderão continuar prestando relevantes serviços às comunidades, agora não mais como ex-bolsistas da FHEMIG, mas como servidores públicos efetivos, com todos os seus direitos garantidos, conforme prevê a Constituição de Minas Gerais. Parabéns a todos pela aprovação do projeto.

O Deputado Doutor Viana - No ano passado, todos aprovamos esse projeto de lei que favorece os bolsistas. Não mudamos de opinião agora, mas, se, na interpretação de alguns, mudamos, foi para melhor. Uma qualidade própria do homem que os animais não têm é saber mudar, e para melhor.

A prova de que a maioria dos Deputados votou a favor do projeto no ano passado é que foi, depois, vetado pelo Governador. Mas, agora, o Governo reconhece, com mérito, que deve corrigir essa injustiça.

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.492, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, em conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 6 Deputados. Votaram "não" 53 Deputados, totalizando 59 votos. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.492. À Promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.499, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, em conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 6 Deputados. Votaram "não" 55 Deputados, totalizando 61 votos. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.499. À Promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.495, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, em conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não".

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, como V. Exa. pode perceber, não há quórum para votação dos vetos. Interrompemos comissões importantes, como a de Saúde e a de Segurança Pública, motivo por que solicito a V. Exa. que encerre a reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social, EM 25/3/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Marília Campos, André Quintão e Ana Maria, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Marília Campos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e lê comunicação do Líder do Bloco Parlamentar Social Progressista, indicando a Deputada Ana Maria como membro efetivo desta Comissão, na vaga do Deputado Luiz Humberto Carneiro. A seguir, o Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designa os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 62/2003 (Deputada Marília Campos) e 63/2003 (Deputada Ana Maria); e avoca a si a relatoria dos Projetos de Lei nºs 25 e 74/2003. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a

apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 175/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Leonardo Moreira e Marília Campos, em que solicitam seja convidado o Sr. João Leite da Silva Neto, Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes, a prestar informações sobre a fusão dos trabalhos nas áreas de ação social e de esportes e a discorrer sobre a nova estrutura da Secretaria; e Leonardo Quintão, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a exploração da mão-de-obra infanto-juvenil no trabalho doméstico em Belo Horizonte, com a presença dos convidados que menciona (é aprovada, ainda, emenda do Deputado André Quintão a este requerimento, na qual solicita seja a discussão do assunto ampliada para toda a Região Metropolitana, com a presença dos convidados que menciona). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2003.

Marília Campos, Presidente - Ana Maria - André Quintão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia

DA 18ª reunião ordinária, EM 2/4/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.430, que torna obrigatória a adoção de medidas de segurança contra o furto e a troca de recém-nascidos em maternidades públicas estaduais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.470, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.925, de 30/6/98. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.493, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.494, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.500, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virginópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.501, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 72, que acrescenta parágrafos ao art. 108 da Lei nº 869, de 5/7/52. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Gil Pereira solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.521, que acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado, do Secretário de Estado e do Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 2/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 229/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 2/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 41/2003, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 237/2003, do Deputado Chico Simões.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 2/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 249 e 250/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 273/2003, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 2/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 64/2003, do Deputado Leonardo Moreira; e 71/2003, da Deputada Maria José Hauelsen.

Finalidade: discutir, em audiência pública, a regulamentação do Código de Defesa do Contribuinte e apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 2/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 274 a 276/2003, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 3/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário da Saúde, sobre o plano de trabalho dessa Secretaria, bem como discutir o motivo da redução das cotas de internação - AIH - e debater os problemas gerados pelo atraso de pagamento do SUS aos hospitais credenciados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Ermanno Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em 1º turno, os Projetos de Lei Complementar nºs 5/2003, do Deputado José Milton, 2/2003, do Deputado Célio Moreira, 3/2003, do Deputado Alberto Bejani, e 9/2003, do Deputado Durval Ângelo; e os Projetos de Lei nºs 23/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, 44/2003, do Deputado Miguel Martini, 80, 85, 91 e 93/2003, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, 104/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, 117/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 163, este em turno único, 201 a 204/2003, do Deputado Djalma Diniz, 208 e 217/2003, do Deputado José Milton, 234 e 235/2003, do Deputado Doutor Viana, 267/2003, do Deputado Paulo Piau, 274 e 275/2003, do Deputado Sargento Rodrigues, 288, 292 e 295/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, e 307/2003, do Deputado Paulo Piau; e, em turno único, 76/2003, do Deputado Bilac Pinto, 77/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, 168/2003, do Deputado Laudelino Augusto, 199/2003, do Deputado Dilzon Melo, 214, 218 e 220/2003, do Deputado José Milton, 228/2003, do Deputado Roberto Ramos, 237/2003, do Deputado Fábio Avelar, 239/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco, e 248 e 256/2003, do Deputado Paulo Piau.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Adalclever Lopes, Jayro Lessa e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2003.

Vanessa Lucas, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 26/3/2003

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, o que me traz a esta tribuna é dizer da alegria que tivemos na última sexta-feira em Montes Claros.

Esta Assembléia, por meio da Comissão de Transporte, fez uma audiência pública em nossa universidade, a UNIMONTES, na qual estiveram presentes o Ministro dos Transportes, Deputado Anderson Adauto; o Secretário de Transportes e Obras Públicas, Deputado Agostinho Patrús, representando nosso Governador Aécio Neves; o Senador Hélio Costa; o Senador Aelton Freitas; o Vice-Presidente da República, José Alencar; o Presidente da Comissão de Transportes da Câmara Federal, Deputado Romeu Queiroz; o Deputado Cleuber Carneiro; o Deputado Athos Avelino. Também compareceram os Deputados Estaduais da região, Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ana Maria. Estavam presentes, ainda, os Deputados da Comissão, Adalclever Lopes, Doutor Viana, Célio Moreira, Rogério Correia, entre outros.

Em uma audiência pública muito prestigiada, com a presença de mais de 50 prefeitos, além do representante do Diretor-Geral do DER-MG, Sr. Renato, levamos a nossa reivindicação ao Ministro e ao Secretário de Estado. O Ministro Anderson Adauto já autorizou o reinício dos serviços de melhoramento e restauração da BR-365 nos trechos entre as BRs-122, 135 e 251, ou seja, desde a cidade de Montes Claros até a divisa de Minas Gerais com Goiás e o trecho da BR de Montes Claros até a MG-161. A ordem foi dada à própria Construtora Barbosa Melo, que está trabalhando nesse trecho. O reinício dos trabalhos será nesta semana.

Autorizou também, na BR-251, que liga Francisco Sá a Montes Claros, projeto de restauração e melhoramento dessa rodovia. Autorizou a Coordenadoria da 6ª UNIT-MG a adotar os procedimentos necessários para a restauração, os melhoramentos e os projetos. Além disso, autorizou restauração da BR-135, que liga Montes Claros a Joaquim Felício. A obra do projeto de restauração e melhoramento está sendo feita pelo Governo do Estado, por meio do DER-MG e da Secretaria de Transportes e Obras Públicas. O Ministério dos Transportes fará a licitação dessa obra. E, em convênio com a Secretaria de Transportes e Obras Públicas, autorizou uma carta-convite para que, num trecho perigoso entre Francisco Sá e Montes Claros, fosse feita a fresagem da BR-251. Foi altamente produtiva a ação dos Deputados da região e da Comissão.

Agradecemos ao Ministro Anderson Adauto e ao Governador do Estado, na pessoa do Secretário Agostinho Patrús.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. pela acolhida do Reitor Paulo. Parabenizo também o Ministro Anderson Adauto que, de pronto, atendeu o pedido de V. Exa. Houve grande participação de Vereadores e Prefeitos do Norte de Minas.

O início imediato das obras foi determinado. Conversamos a respeito da BR-251 e da BR-135.

Estive em Diamantina e nas cidades do vale do Jequitinhonha nesse final de semana. No retorno, perdi o pneu do carro. Havia três carros enfileirados no trevo da BR-040, em São José da Lagoa, com destino a Curvelo, e havia muitos buracos, crateras na verdade. As pessoas correm sério risco ali.

O Ministro disse que atenderia esse pleito. E que já estava determinando os levantamentos para a recuperação dessas rodovias a fim de não ficarmos apenas na operação tapa-buraco. Há trechos que precisam de recuperação. Encaminhamos ofício ao Ministro Anderson Adauto, por meio da Comissão, solicitando medidas emergenciais no trevo da BR-040 até Curvelo e de Curvelo até Felício dos Santos. De Corinto a Joaquim Felício parece que foi feita uma operação tapa-buraco. Isso não resolverá. É preciso que se faça a recuperação dessa estrada.

Ao mesmo tempo, agradeço a V. Exa. por nos receber em sua residência, por sua acolhida calorosa, pela atenção especial de sua esposa, que foi muito carinhosa e generosa para com os parlamentares e autoridades. Portanto, parabenizo-o mais uma vez. Estamos juntos nessa luta, Deputado Gil Pereira, porque a malha rodoviária de Minas precisa ser recuperada imediatamente.

No próximo final de semana, o Ministro Anderson Adauto estará no Sul de Minas. Solicitei atenção especial à estrada que liga Bambuí a Iguatama e a Pains, verdadeiro corredor da morte, que precisa de interferência urgente. O Ministro ficou de marcar uma visita àquele trecho. Na sexta-feira, não sei se a Comissão irá se reunir, mas, como recebi convite do Ministro, farei o possível para colaborar com essas cidades que estão pedindo socorro.

O Deputado Gil Pereira - Deputado Célio Moreira, agradeço o seu aparte e empenho junto à Comissão e ao Ministro. A Comissão fará a segunda audiência pública em Poços de Caldas, às 10 horas. Após a reunião, iremos até Alfenas, para que o Ministro possa ver "in loco" a situação dessa estrada.

Enalteço a parceria do Governador Aécio Neves, do Secretário Agostinho Patrús e do Ministro Anderson Adauto, que disse bem claro em Montes Claros que as rodovias federais e estaduais precisam ser restauradas. Em primeiro lugar, os buracos devem ser tapados, porque se trata de uma emergência. Para isso, contou com o apoio do Governador Aécio Neves, por meio do DER-MG. O serviço definitivo, que é o recapeamento, virá depois. Vamos rodar todo o Estado, de norte a sul e de leste a oeste, a fim de visitar cidades e de verificar a situação das estradas.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Deputado Gil Pereira, solicito a sua interferência, a fim de que o Ministro possa incluir no roteiro da visita do final de semana a estrada que liga os Municípios de Bambuí, Arcos e Iguatama.

O Deputado Gil Pereira - Perfeitamente, Deputado Célio Moreira. Falarei por telefone com o Ministro, que tem demonstrado muita boa-vontade. Posteriormente, darei retorno a V. Exa.

O Deputado Wanderley Ávila (em aparte) - Obrigado, Deputado Gil Pereira pelo aparte que me foi concedido. Faço coro com suas palavras. Tenho grande admiração pela persistência de V. Exa., pela vontade e gana do Deputado Carlos Pimenta, que, no mandato passado, ingressou em juízo, além de ter marcado audiência com a Promotoria Pública. O Deputado Doutor Viana ocupou esta tribuna durante tantas e tantas vezes para abordar esse tema. Estivemos sempre juntos e ao seu lado, fazendo-lhe coro. Contamos, quando retornamos da nossa Pirapora e de Várzea da Palma, 116 carros quebrados, no trecho de Corinto até o trevão. Isso é um absurdo. Mas não foi por falta de os parlamentares mostrarem o que vivem todos os finais de semana.

O que faltava era a sensibilidade de um homem político no exercício de uma função pública. Faltava estar no lugar certo um homem certo, conhecedor profundo dos problemas enfrentados pelo Brasil. Essa pessoa chegou com espírito de trabalho, buscando resolver os problemas e encontrar soluções. Por um longo período, foi atacado por essa mesma imprensa que no ataca a cada dia.

Essa pessoa chama-se Deputado Anderson Adauto. Faltava um Ministro que tivesse sensibilidade de um Ministro para que esse assunto de tamanha importância fosse resolvido.

Parabenizo-o e reitero minha admiração por V. Exa., Deputado Gil Pereira, por sua sensibilidade. Congratulo-me também com a bancada do Norte de Minas e com o Deputado Arlen Santiago pelo brilhante trabalho desenvolvido anteriormente como Presidente da Comissão de Transporte. Hoje, colhemos o fruto do trabalho realizado por V. Exa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Gil Pereira, temos acompanhado com determinação e verificado a boa vontade que V. Exa. tem tido com relação as nossas estradas. Ressalto as palavras do Deputado Wanderley Ávila. Graças à sensibilidade do Ministro, estamos esperançosos. O Sul de Minas aguarda com muita ansiedade. Há muitos anos não contamos com a presença de um Ministro dos Transportes. Estivemos em Brasília por 5, 6 ou 10 vezes e nem sequer resposta obtivemos. Agora é diferente. A nossa região conhecerá esse grande homem público, que saberá da tristeza por que os municípios estão passando por terem a pior rodovia do País: a BR-459, que liga Poços de Caldas a Itajubá.

Temos certeza absoluta de que o povo conta as horas para a chegada do Ministro. Somente assim, com as presenças de S. Exa., de nossa Comissão e dos Deputados da região, resgataremos o sentimento maior de respeito ao cidadão e àqueles que perderam seus familiares em acidentes. Estaremos lá, convocando a todos, Prefeitos e Vereadores, para participarem de acontecimento inédito, que é a visita do amigo Ministro Anderson Adauto, que tão bem dirigiu os destinos desta Casa. Fazemos questão de receber S. Exa. e demais Deputados para que juntos formemos uma bancada de respeito para garantir o que Minas precisa: a recuperação de nossas rodovias. Temos a maior malha viária do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Gil Pereira - Agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva e dou testemunho do seu trabalho sério, desde a legislatura passada, quando reivindicava ao Ministério dos Transportes a melhoria da BR-459 e de outras rodovias do Sul de Minas. Se Deus quiser, o Ministro Anderson Adauto estará lá, dando boas notícias e atendendo às solicitações dos Deputados e do povo sul-mineiro. Estaremos em Poços de Caldas no sábado, às 10 horas, e posteriormente em Alfenas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Cumprimento o Deputado Rêmolo Aloise, que preside os trabalhos, e todo o povo mineiro.

O Governador Aécio Neves tem diante de si um grande desafio, que é o de receber o Estado com uma dívida enorme e déficit programado até o final do ano em torno de R\$2.400.000.000,00. Apesar da impossibilidade de promover um enxugamento maior da máquina administrativa, o que demandaria a dispensa de milhares de funcionários, e diante da recessão instalada no país, da morosidade das ações do Planalto Central e da crise mundial cada dia mais grave, entendemos que três setores devem merecer um plano de ação emergencial. O primeiro deles foi desencadeado nesta semana, com o anúncio do programa emergencial de segurança pública. No Palácio da Liberdade, tomamos conhecimento de algumas ações do Governo para conter a violência desenfreada. No último final de semana houve quase 30 homicídios em Minas. Em pouco mais de 3 anos, o número de ocorrências policiais passou de 100 por 100 mil habitantes para 1.000 por 100 mil. Ouvimos do Governador medidas importantes, que merecem o apoio desta Casa para os projetos que chegarão. O aumento do número de vagas para policiais militares é fundamental, pois o bandido só sente respeito diante da presença do policial militar. Se o policial não está patrulhando as ruas, certamente o índice de criminalidade aumentará. Outra medida é a construção de três penitenciárias de segurança máxima com mais 1.200 vagas em Minas, além da criação da guarda penitenciária, com a retirada dos policiais militares e civis de dentro dos presídios para ajudarem no combate à criminalidade. De maneira especial, tivemos o anúncio da criação de unidades policiais para proteger as escolas. Com certeza os jovens de Minas Gerais, principalmente os que freqüentam as escolas públicas, estão muito mais vulneráveis à ação do narcotraficante.

As portas das nossas escolas - isso quem diz não é o Deputado, mas pesquisas realizadas pela imprensa mineira -, são ponto verdadeiros criminosos, de narcotraficantes que vendem cocaína, maconha e "crack". Esses bandidos não estão se contentando em ficar apenas nas portas das escolas, oferecendo drogas aos jovens, estão adentrando-as e agredindo os estudantes, como aconteceu em Montes Claros, na E.E. Carlos Albuquerque.

Essa guarda específica será composta de policiais militares e civis. Fico feliz, porque é uma atitude para corroborar a lei de nossa autoria: a criação das rondas escolares com o policial militar, o professor, o médico e o assistente social para o jovem.

O Governador anunciou que está empenhado em terminar o centro de educação dos menores infratores. Já está em construção um centro em Montes Claros, um em Governador Valadares e outro em Teófilo Ottoni. Será construído um na RMBH.

A construção do centro de Montes Claros é nossa luta antiga. Chegamos a doar um terreno à Prefeitura Municipal. Fomos a Brasília e estivemos com os ex-Governadores, por várias vezes. Graças a Deus, veremos terminada a construção dessa escola - não cadeia de menores, mas escola de reeducação dos menores infratores.

A segurança pública torna-se verdadeira prioridade para o Governador Aécio Neves. Esse programa foi anunciado. Existem outros que devem merecer uma atenção especial do Governador. Um programa emergencial para atender à saúde pública. Estive ontem com o Secretário Marcos Pestana, que falou da sua dificuldade em atender às várias reivindicações de Prefeituras e regiões do Estado que chegam à Secretaria da Saúde todos os dias.

Particularmente no Norte de Minas, vivenciamos um momento de exceção na saúde pública. Muitas cidades nem sequer possuem um instrumento para dar socorro aos doentes: a ambulância, que, na visão distorcida de uma minoria, não é programa de Governo, portanto, não deveria ser distribuída aos municípios.

Em nossa região, enfrentamos, Deputado Doutor Ronaldo, médico que conhece bem o problema, situação como a de Campo Azul, de 5 mil habitantes, que nem sequer tem um ambulatório, um posto de saúde. O único instrumento que possuía para dar assistência aos doentes era uma ambulância. Hoje está totalmente inadequada para o transporte de doentes. Como fazer?

Tenho fotos, vídeos, ofícios do Prefeito e de Vereadores, mostrando que os doentes estão sendo transportados em carrocerias de caminhões ou caminhonetes. Como Campo Azul, a maioria das cidades também enfrenta esse problema.

O Deputado Arlen, que se encontra nesta Casa e é médico em nossa região, sabe que 60 das 82 Prefeituras do Norte de Minas não têm a estrutura mínima para oferecer boa saúde ao povo. Havia apenas uma ambulância doada na época do Governo Eduardo Azeredo, há cinco ou seis anos. Hoje, nem sequer conseguem um veículo para transportar os doentes.

O Governador Aécio Neves tem de entender que, neste momento de dificuldades, é necessário haver superação e recursos oriundos de onde for, ou seja, emprestados ou provenientes do Governo Federal. Temos de garantir assistência mínima à saúde de milhões de pessoas que estão morrendo, sem condição de atendimento. Esse é o segundo plano emergencial que tem de ser feito.

O terceiro plano que entendo ser também prioritário do Governo do Estado é o de assistência aos municípios, para que possam ter as suas estradas vicinais, as vias de acesso e as estradas usadas para transporte escolar com mínimas condições de trafegabilidade. Observamos, em nossa região, o colapso total do transporte escolar: não há ônibus. Os municípios fazem o transporte dos alunos da rede estadual absolutamente por conta própria. Não há ajuda do Governo do Estado. Muitos municípios transportam praticamente 80% dos alunos da rede estadual e apenas 20% da rede municipal. Sem ônibus, sem estradas e sem dinheiro para comprar combustível, gasolina, óleo diesel, observa-

se o colapso na rede pública estadual em Minas Gerais, que, num passado muito recente, foi o orgulho de nosso Estado. Hoje, entre todos os Estados, ocupa posição inferior na escala de assistência e de serviços prestados à educação pública.

Faço essas afirmações em tom de cobrança e baseado naquilo que chega ao meu gabinete, ou seja, nas solicitações que recebo diuturnamente de Prefeitos, Vereadores e lideranças. Segurança pública é prioridade em Minas Gerais. Há dois anos um Promotor foi executado sumariamente no centro de Belo Horizonte. Não queremos ver os Juizes de Direito, os Promotores, ou melhor, as nossas autoridades nem a população da Capital, dos grandes centros, das pequenas cidades, à mercê dos criminosos, dos traficantes. É necessário coragem, peito para encarar; é necessário dinheiro e recursos para lançar um programa ousado como o de Minas Gerais. Por isso, está de parabéns o Governador Aécio ao atender à principal reivindicação do povo mineiro, que já não consegue sair de casa nem deixar os seus filhos irem às escolas e andarem livremente sem temor pelas ruas.

Essa é a primeira reivindicação e prioridade para o Estado. A segunda, que é também importante, é a saúde pública, que está em colapso, numa situação precária, difícil. A terceira é a assistência aos municípios, para que não parem e consigam oferecer transporte escolar. É preciso devolver a Minas Gerais um lugar glorioso na educação pública - taça que tínhamos em mãos. Hoje, estamos em posição inferior no que diz respeito ao oferecimento de estudo digno aos alunos, ou seja, a nossos filhos.

O Deputado Roberto Carvalho - Presidente Rêmoló Aloise, meu amigo atleticano Wanderley Ávila, colegas presentes, Jô Moraes, por meio da qual homenageamos o glorioso PCDoB, que ontem fez aniversário, razão por que sofremos com a sua ausência, mais do que justificada, ontem à noite, colegas da imprensa e das galerias, aqueles que se encontram sintonizados na TV Assembléia, três assuntos trazem-me a esta tribuna. Primeiramente, gostaria de solicitar fosse inscrito nos anais da Casa o editorial do "Estado de Minas" de hoje. Muito tem-se falado dessa famigerada e infeliz guerra do Sr. Saddam. O "Estado de Minas" fez um editorial muito feliz intitulado "O petróleo sob a bota americana", onde gostaria de destacar: "Comandando uma máquina de guerra, que custa (em tempos de paz) US\$400.000.000,00 por ano, Bush se sente o dono do mundo. Mas essa guerra é "a visão com a qual a geração dominante na Casa Branca encara a vida", diz o Prof. Joseph Nye Jr., da Universidade de Harvard. Os custos da reconstrução diretos e indiretos dessa aventura bélica para o Tio Sam pôr a bota no Oriente Médio podem variar de US\$900.000.000,00 a US\$1.900.000.000,00, segundo os tecnocratas de Wall Street, sem falar dos reflexos sobre toda a economia mundial. O que virá depois? Segundo o documento "The National Security Strategy of the USA", está pronto o virtual domínio estratégico e operacional dos Estados Unidos sobre o oceano subterrâneo de petróleo (Irã, Síria, Líbia, Egito e Arábia Saudita)." Esse editorial foi muito feliz. Aliás, guerra nenhuma é justificável, principalmente uma como essa.

Gostaria de tratar de mais dois assuntos. Ontem, falou-se aqui das estradas. As nossas encontram-se em situação caótica. Nesse fim de semana, fui a Barra Longa discutir com Prefeitos a respeito da implantação da Estrada Real. A estrada que liga Belo Horizonte a Ouro Preto, com mais algumas chuvas, ficará intransitável. Em vários trechos, temos crateras próximas à rodovia, inviabilizando praticamente o tráfego, se chover um pouco mais. Aliás, agradeço o Deputado Gil, que fez elogios às ações do Governo Lula. Ou passamos a ter uma intervenção nas estradas estaduais e federais - um esforço quase que de guerra, já que infelizmente essa palavra está na moda - ou nossas estradas, principalmente as mineiras, que são o entroncamento nacional, ficarão intransitáveis, como no período das chuvas.

Falando sobre a Estrada Real, uma das grandes vocações de Minas, indiscutivelmente, é a questão do turismo.

Uns amigos franceses diziam que em Minas temos o maior potencial turístico do País. Discutíamos a possibilidade da reconstrução, em termos de caminhada e roteiro turístico, da Estrada Real. Há algumas semanas falávamos do profissionalismo dos funcionários da Assembléia Legislativa. Gostaria de homenagear aqui um funcionário da Assembléia, um consultor, que fez um trabalho a respeito da Estrada Real. Infelizmente, as autoridades constituídas, tanto Governo Federal quanto Estadual, não deram nenhum apoio. José Raphael Olivé elaborou um roteiro histórico extraordinário, com todo rigor científico, montando um guia de caminhada da Estrada Real, pegando o primeiro trecho que vai do Rio de Janeiro a Juiz de Fora. A Estrada Real pode se transformar em um dos maiores caminhos da humanidade. Temos um livro sobre as grandes caminhadas da humanidade que traz a caminhada de Santiago de Compostela, a caminhada da Muralha da China e outras.

Com o turismo envolvendo a caminhada de Santiago de Compostela, a Espanha fatura, por ano, U\$6.000.000.000,00. Cerca de 250 mil pessoas caminham naquela região por ano. A idéia era transformarmos a Estrada Real em uma das grandes caminhadas da humanidade e num grande roteiro turístico saindo do Rio, indo a Ouro Preto e depois até Diamantina. Abrangemos dois Estados e quase 200 municípios. Isso poderá incrementar o turismo e o comércio de toda a região. Fizemos uma reunião, contactamos o Governo do Estado e queremos levar isso à frente. Mas esse projeto só dará certo se tivermos envolvimento de todas as Prefeituras Municipais, do Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro e do Governo Federal. Homenageio esse funcionário que fez um trabalho extraordinário, custeado por ele próprio. Trarei para que todos possam conhecer esse trabalho belíssimo, que traz toda a retrospectiva histórica. Recuperou os mapas desde 1800, fazendo um trabalho científico, histórico, recuperando inclusive toda a história da região. Para completar esse trabalho falta o trecho de Juiz de Fora a Ouro Preto e de Ouro Preto a Diamantina. Tenho certeza de que juntos, com o apoio desta Casa, faremos com que todo esse roteiro e essa caminhada não seja apenas um sonho de alguns, mas uma realidade.

O Governo Lula pretende criar, nos seus quatro anos de mandato, cerca de um milhão de empregos envolvendo o turismo. Seguramente a Estrada Real será um dos roteiros prioritários dessa nova fase do Brasil.

Outro assunto que gostaria de abordar é sobre a questão do funcionalismo e dos serviços públicos. Em reunião passada abordei alguns aspectos desse tema. O servidor público é tão vítima quanto a população. O usuário do serviço público é muito mais vítima que propriamente usuário.

Gostaria de levar aos líderes e ao Governo a proposta de partir para uma outra concepção de serviço público, em que os servidores possam participar da própria administração e não sejam meros observadores daquilo que ocorre. No Brasil, as leis e a cidadania estão infinitamente atrasadas.

Com relação aos agentes públicos, sejam Prefeitos, Secretários, administradores ou Governadores, não há nenhum tipo de penalização para aquelas ações que porventura pratiquem e que tragam prejuízo ao erário público. Não existe o conceito de julgar as ações desses administradores. Hoje, no máximo, recuperamos a questão da consciência no sentido da fiscalização da máquina pública e de impedir-se a corrupção no serviço público. Estamos longe de uma fiscalização efetiva e de um controle social por parte da população.

Por exemplo, quando se fala em plano de carreira - e estamos debatendo esse tema na Casa - e na avaliação dos servidores visando à progressão na carreira, vemos que o tema causa grande polêmica. Qual participação ou interferência têm os usuários dos serviços públicos da área de saúde na gestão desse setor por parte dos servidores? Poderíamos estender essa indagação aos serviços sociais e a todas as outras áreas, inclusive a que trata do atendimento ao público.

Propomos a discussão de planos de carreira e de política salarial que mudem a concepção de servidor, para que não sejam meros observadores daquilo que acontece na área pública. Nas Secretarias e em outros órgãos, temos um gasto com custeio, com telefone, com papel, xerox, etc. Qual incentivo teria o servidor público se economizasse no órgão? Alguém presta contas disso?

Há um vazio absoluto sobre o tema, porque tanto os dirigentes públicos quanto os servidores e principalmente os usuários, que pagam pelos

serviços públicos, não fazem um acompanhamento desses gastos. Gostaríamos que a avaliação de desempenho de quem trabalha no plano de saúde fosse feita pelos usuários. Então, o grau de avaliação dos usuários do posto de saúde valeria um ponto na progressão do servidor público.

Com relação ao DER, por exemplo, o que esse órgão economizasse, em termos de custeio, seria repassado como bônus salarial para os próprios funcionários públicos. Hoje, para a máquina pública, o dinheiro é de todos e de ninguém. Não é controlado. Nos últimos 30 anos, a iniciativa pública, em termos de administração, evoluiu e falou-se muito no controle de qualidade e na participação. Para potencializar o lucro, a máquina administrativa privada envolveu a participação do trabalhador, para que gerasse mais lucro, ou seja, tivesse mais produtividade e economia, tudo com incentivo na folha salarial.

Nesse período, no entanto, a máquina pública não teve nenhuma evolução em termos de política de pessoal e de envolvimento dos servidores. Temos um Governo novo que, a todo dia, vem com questões aparentemente novas - e esperamos que sejam novas - então, temos a expectativa de que esta Casa e o Governo possam dar um passo rumo à qualidade, para mudar a relação com os serviços públicos. Esperamos que os serviços públicos percorram o caminho da profissionalização, da participação dos servidores e do envolvimento de todos os usuários desses serviços no Estado. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente, povo de Minas e representantes, venho a esta tribuna para tratar especificamente de três assuntos. Em primeiro lugar, compartilho com a Assembléia e com o povo mineiro a convenção nacional do PDT realizada dia 21 de março deste ano, no Rio de Janeiro.

Com o título de Unidade e Resistência, o PDT reuniu-se na sede nacional com sua representação política, militantes, com a executiva, Deputados Federais e Estaduais e Senadores, para, num ato democrático, renovar a direção partidária do partido. Naquela convenção, ao mesmo tempo que o PDT recoloca o engenheiro Leonel Brizola na chefia do partido, toma a decisão de renovar os comandos regionais e fazer convenções municipais ainda neste ano.

Com relação ao Governo Lula, do qual participamos e apoiamos, a decisão da convenção é de apoiá-lo e à sua equipe, mas destacamos a necessidade de o programa de governo ser exercido e compartilhado pelos que acreditaram na mensagem de Lula. Ficou, portanto, muito claro e amplamente discutido que não se tratava de apoio incondicional, mas irrestrito. Foram debatidos e valorizados dois pilares. Trago a visão democrática não apenas no sentido mais amplo da soberania e da cidadania. Que cada um de nós, em sua representação partidária, possa fortalecer o pacto federativo. Nós, Deputados do PDT, conseguimos, com grande alegria e muito orgulho, a inclusão da nossa bancada estadual no diretório nacional do partido.

A valorização do legislador estadual nas chapas nacionais do partido podem constituir uma capilaridade de representação partidária mais atuante, eficiente, com maior identificação do PDT, com características regionais. Compartilho a grande conquista da Bancada do PDT de Minas com esta Casa. Que, a cada convenção dos nossos respectivos partidos, exercitemos essa prerrogativa!

Ainda nessa linha, Sr. Presidente, discutimos amplamente a questão do trabalho no Brasil. Começamos com uma grande reflexão sobre o sentimento da proteção social nos tempos modernos. O modelo inicial, dos primeiros anos do século XX, 1902, surgiu quando Bismarck apresentou uma forma de o Estado proteger o trabalhador, a partir de uma contribuição, mas demorou cerca de 40 anos, para, na década de 40, o brilhante trabalho de Sir William Beveridge trazer para a Inglaterra o sentimento amplo da proteção universal. Nenhum dos partidos que fundamenta sua verdade na valorização do trabalhador pode abrir mão dessa marca. O PT, o PC do B, o PDT, o PMDB, o PSB e tantos outros que vêm no trabalho a razão maior da cidadania, e não na valorização do capital, devem ter nesse pilar um instrumento fundamental para sua ação.

Essa noção do Estado de Bem-Estar Social, essa noção do "welfare state" foi praticamente destruída na década de 60, com a idéia do Consenso de Washington e a propagação das doutrinas do "tatcherismo" e de Ronald Reagan, a favor da divulgação do neoliberalismo. Na convenção do PDT, de modo muito claro, Brizola procurou reativá-la; para isso, contou com o apoio dos convencionais.

No Brasil, aquele movimento inicial da década de 20, em que nasceu a Lei Elói Chaves, permitiu que, pela primeira vez, nossos trabalhadores tivessem esse sentimento de proteção do Estado, ainda, em segmentos estratégicos como o da área ferroviária. Pouco tempo depois, o movimento expandiu-se, por meio de nossas queridas CAPs, que, na Presidência de Vargas, permitiram o primeiro movimento trabalhista, de fato, do País, com a introdução dos institutos. Embora tendo uma visão privilegiada de alguns setores do trabalho, essa foi, sem sombra de dúvidas, a semente para que cada um de nós cultivasse os movimentos populares e trabalhistas e chegasse à nossa Constituinte com uma decisão extremamente importante. Aqui quero, mais uma vez, fazer uma homenagem a nossos constituintes de 1988, que, na contramão do sentimento universal, garantiram ao nosso trabalhador e à nossa sociedade a idéia da seguridade social, contemplando-os com a previdência e as assistências médica e social.

A década de 90, com a eleição de Collor, trouxe-nos uma grande preocupação e, certamente, uma dose enorme de frustração. Agora, cabe a cada um dos parlamentos, estaduais e nacional, a recondução ao que a sociedade deseja de seus representantes.

Trouxe, esta tarde, um número que certamente aumentará a responsabilidade de cada um dos 77 Deputados eleitos pelo povo mineiro. O levantamento que fiz junto ao TRE sobre as eleições de 2002 - que nos permitiram estar juntos nesta Assembléia - revela dados altamente instigantes para o exercício de nosso mandato. E não sei se essa representação legítima que obtivemos é a causa da raiva do exercício parlamentar despertada em tantos e tantos setores.

Nobres Deputados, nas eleições, foram às urnas 10.514.890 mineiros, para votar para Deputado Estadual. Exatamente 9.563.911 votos foram para os Deputados Estaduais, representando uma percentagem de 90,96%. Em um sistema tão claro, quem poderia contestar a legitimidade desses números? Se fizermos uma pequena digressão histórica, retornando às eleições de 1994, perceberemos que o índice de votos brancos e nulos para Deputado Estadual era de 39%. Nas eleições de 1998, mantiveram-se em 22%. Nessas últimas eleições, ficou alguém dos 9%. Tenho a certeza de que isso enriquece o mandato e o compromisso com o povo e com as bases de cada um que está aqui. Esperamos que essa força de mais de 9.500.000 mineiros seja sempre a energia para nos permitir enfrentar as decepções e os desapontamentos, na certeza de que o caminho político garantirá uma qualidade de vida e uma situação mais justa e fraterna para o nosso povo.

Faço uma homenagem à Assembléia Legislativa. Não há estudos científicos sobre isso, mas essa grande modificação no perfil do eleitorado mineiro deve ter sido obtida a partir dos movimentos que levaram a Assembléia de Minas a se interiorizar e a discutir os grandes temas nacionais. Trago para esta Casa e para a Mesa, que V. Exa. tão bem representa, a responsabilidade de fazer com que Minas Gerais seja o primeiro Estado a discutir profundamente o novo pacto federativo do nosso País. Desta tribuna, falamos tanto sobre a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, que nos machuca e nos preocupa, mas há uma outra guerra que não é divulgada nos jornais e que não dá ibope. Refiro-me à guerra da União contra os Estados.

Ontem, na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira, recebemos o Deputado Virgílio Guimarães, que nos trouxe o primeiro apanhado das suas idéias para a abordagem de um tema tão palpitante, sobre o qual seremos convocados a opinar: cobrar o imposto de consumo, seja com o nome de ICMS, seja com o nome de IVA, na produção ou no destino? Esses dados preocupam-nos muito. Uma simples modificação pode

significar para Minas Gerais uma perda de mais de R\$1.000.000.000,00. Devemos ter um sentimento cívico e de mineiridade tão forte quanto o do Tiradentes e dos emboabas que criaram o nosso Estado, para que possamos estar em pé de igualdade com São Paulo, a fim de discutirmos essa grande questão dos tributos. O número apresentando pela Secretaria da Fazenda na reunião de ontem nos deixou escandalizados.

O repasse de recursos da União, entre voluntários e obrigatórios, atingiu, no ano passado, a ínfima cifra de 0,78%. Conclamo a Assembléia de Minas para discutir, de modo amplo, cívico, a repactuação da nossa Federação. Não nos esqueçamos: na verdade dos números, não há o que discutir. Os 77 Deputados eleitos tivemos juntos 4.154.780 votos. O Governador Aécio Neves foi eleito, no 1º turno, com pouco mais de 5.300.000 votos. Há de se respeitar o Poder Legislativo, porque aqui 9.563.911 mineiros determinaram o que queriam para nossa sociedade. É com esse entusiasmo que quero discutir o pacto federativo, a nova visão do Brasil. Obrigado.

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste, anteontem, pela manhã, no programa Bom Dia Minas, da Rede Globo, tomei conhecimento de um desastre ecológico, um crime contra o meio ambiente, ocorrido no rio das Velhas, hoje amparado pelo Projeto Manuelzão, da UFMG. O noticiário mostrou grande mancha causada pelo metal branco, o mercúrio, que, como é do conhecimento de todos, é tóxico e, nos rios, mata e intoxica os organismos. Isso é um absurdo.

A imprensa diuturnamente mostra os abusos que ocorrem em garimpos disseminados em todo o território nacional, enquanto esse metal, usado na apuração do ouro e derramado em córregos e rios, causa desastres como a perda de peixes e outros animais das águas correntes.

Hoje, as bacias hidrográficas brasileiras, à semelhança do que ocorre no Primeiro Mundo, são protegidas por leis ambientais. Em nosso País, os comitês e subcomitês de bacias orientam as pessoas que vivem próximas às nascentes, que se utilizam das terras ribeirinhas, praticando atividades agropastoris, e, muitas vezes, usam agrotóxicos, que, no período chuvoso, escorrem para dentro dos rios, causando a destruição da fauna.

Portanto, considero o problema da gestão ambiental da mesma forma que avalio os problemas da dengue e da AIDS. Existe, nesses três problemas, um fator que os unem de forma dramática e perigosa: o fator humano. O poder público gasta milhões de reais em campanhas de defesa do meio ambiente, de orientação para evitar a procriação do "Aedes aegypti" e no tratamento de pacientes acometidos pela dengue em suas variadas formas de apresentação. Gasta outros milhões de reais na prevenção e no tratamento da AIDS; porém, o que vemos é triste. Os crimes ambientais aumentam a cada dia, principalmente com os desmatamentos ilegais, as queimadas e a formação de lixões em várias cidades.

O período das chuvas está passando, e, com o calor, outros focos do mosquito surgirão, porque, infelizmente, por onde passo, noto a intensa poluição ambiental, o que constitui possíveis focos de criação do mosquito.

A AIDS apresenta níveis elevados de crescimento devido ao comportamento de risco de algumas pessoas que, ou não se previnem adequadamente, ou, sabendo serem portadoras da doença, não evitam situações de contágio.

Volto a insistir no fato de que existe, em todas as situações mencionadas, o perigoso fator humano, que é, em grande parte, cultural. É o "deixa-para-lá" brasileiro, acreditando que os problemas não ocorrerão conosco, só com os outros.

É urgente e necessária a inclusão desses assuntos nos currículos escolares, para formar nas crianças uma nova consciência e modificar o comportamento prejudicial ao meio ambiente e à saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quando solicitei a recomposição do quórum disse que era necessária discussão mais aprofundada dos dois vetos dados a esse projeto de lei orçamentária. Houve um veto parcial, um deles aos incisos II e III do Anexo V e outro aos incisos XLVII e LV do Anexo V. Solicitei essas duas discussões, em separado, em nome da nossa bancada, do nosso bloco.

A primeira discussão diz respeito a um veto do Governador à proposta de acréscimo de R\$14.000.000,00 de custeio para a direção administrativa, na dotação orçamentária da Assembléia Legislativa. Além desse valor, há mais R\$2.000.000,00 para aquisição de imóvel do anexo Tiradentes. O Governador viu por bem vetar, por não concordar, pelo menos por enquanto, que a Assembléia Legislativa tivesse custeio maior para aquisição de imóvel.

A alegação do Governador foi de que é necessária contenção de despesa diante da situação em que o Estado se encontra, de déficit orçamentário.

Somos favoráveis à manutenção do veto, pois a Assembléia não pode ter, a mais, a dotação orçamentária de custeio de aquisição de imóvel. Não era intenção do Governo passado remeter esse acréscimo. Não seria correto a Assembléia aumentar os custeios, avaliados na legislatura passada. É necessário conter despesas. Devemos, portanto, manter o veto.

Os incisos XLVII e LV dizem respeito ao Tribunal de Contas. Na legislatura passada, a Assembléia entendeu que o montante destinado ao Tribunal era elevado. Com a finalidade de conter despesas, houve redução de funcionários, com a qual concordamos. A economia de R\$15.000.000,00 foi repassada ao DER e à COPASA, na monta de R\$13.000.000,00 de custeio e R\$2.000.000,00 de capital, destinados à infraestrutura da malha rodoviária e a importantes obras de saneamento.

O enxugamento é correto, mas, infelizmente, houve o veto do Governador. Aécio Neves alegou que, se derrubássemos o veto, inviabilizaríamos o funcionamento do Tribunal de Contas. Devemos derrubá-lo para haver redução de despesas no Tribunal e o montante ser repassado ao DER e à COPASA.

Fui autor do requerimento de formação de Comissão Especial, nomeada pelo Presidente na semana retrasada, para analisar a situação do Tribunal de Contas. O momento é oportuno para discutir a questão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão há muito vem reivindicando uma discussão mais séria sobre o Tribunal de Contas, e o Deputado Chico Simões entrou nessa luta por uma discussão mais detalhada sobre o assunto.

Assim que fizemos um requerimento para a formação de uma Comissão Especial para discutir a questão político-administrativa do Tribunal de Contas, fomos vítimas, por parte de alguns de seus membros, de ataques os mais descabíveis possíveis, porque essa comissão foi entendida como uma ofensa, uma declaração de guerra, como se a Assembléia Legislativa não pudesse fazer uma discussão sobre o que é o Tribunal de Contas e seu papel na sociedade mineira. Enfim, desviaram-se do que deveria ser feito.

Não queria que a discussão do veto passasse como vingança contra as declarações impensadas de alguns Conselheiros, mesmo porque não foi uma atitude de todo o Tribunal, mas mais especificamente de um Conselheiro, o Dr. Sylo Costa. Não queríamos que a situação fosse tratada como um problema pessoal, mas como uma questão político-administrativa, pois é óbvio que as contas não são analisadas com a presteza necessária.

A grande maioria dos municípios não tem suas contas apreciadas, e o gasto do Tribunal é alto, necessitando de um enxugamento. O órgão faz sua análise e depois a remete à Câmara Municipal para uma análise política, o que não resolve o problema da desconfiança em relação a diversas contas municipais. Tanto isso é verdade que o Ministério Público tem hoje uma Promotoria de Crimes de Prefeitos que já analisou mais de 500 Prefeituras, porque o Tribunal não dá conta do recado. Portanto, é necessária uma discussão político-administrativa sobre o papel do Tribunal de Contas e suas funções.

Sr. Presidente, aproveito este momento de discussão do veto para reiterar a importância dessa Comissão, para a qual foi eleito Presidente o Deputado Sebastião Navarro Vieira e, relator, o Deputado Antônio Carlos Andrada. Fiz questão de não ficar em nenhuma dessas posições, para não dizerem que, na verdade, tínhamos outras intenções que não essa análise. Evidentemente, queremos atuar com muita firmeza com vistas aos interesses que temos apontado, mas é necessário que essa comissão exista e atue.

O Deputado Chico Simões fez uma análise detalhada do que aconteceria se derrubássemos o veto. Se isso acontecer, não significa que o dinheiro irá para o Tribunal de Contas. Irá para uma reserva de contingência do orçamento do Estado e, para ser usado pelo Tribunal, haverá a necessidade de uma autorização legislativa. Essa informação deixou-me mais tranquilo, porque o Tribunal não poderia fazer uso da verba de custeio sem a autorização da Assembléia; dessa forma, teríamos um tempo maior, para que a própria Comissão pudesse fazer uma análise mais aprofundada sobre a necessidade ou não do gasto de custeio reivindicado.

Gostaria de escutar a opinião de outras bancadas a respeito dos dois vetos postos, antes de nossa bancada tomar uma decisão definitiva.

Essa é uma discussão muito séria, e a Assembléia Legislativa tem todas as condições para travar essa polêmica e iniciar, não apenas com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, mas também com todos os Tribunais de Contas do País, um debate sobre a função dessa análise da conta dos municípios, algo que não deixa a população tranquila. Recebemos diversas críticas e denúncias de vários municípios e não teremos a tranquilidade para dizer que está tudo correto antes da devida análise do Tribunal de Contas.

Precisamos escutar as outras bancadas, para tomar uma decisão acerca dos dois vetos.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de proceder ao encaminhamento, informo que o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Cel. Josias Quintal, acabou de me ligar, dizendo que, por determinação da Governadora Rosinha, entrou em contato com os órgãos de segurança, para transferir imediatamente as jovens que estão na Bangu 6 para o Quartel da Polícia Feminina, e os jovens, da POLINTER para o Quartel da Polícia Militar. O Governo está fazendo contato também com o Ministério Público, já que o caso passou a ser questão da justiça - uma vez que a ocorrência foi feita -, para que cumpra o seu papel imediatamente, juntamente com o Poder Judiciário, a fim de que esse episódio seja solucionado o mais rápido possível. O Cel. Josias pediu que fizesse esse comunicado aos familiares desses jovens, solicitando que aguardem, porque, nesse horário, está ocorrendo a troca dos Delegados. Provavelmente em uma sala do Quartel da Polícia Militar, essas pessoas aguardarão que o Ministério Público e o Poder Judiciário cumpram o seu papel. Isso nos traz tranquilidade e comprova que, apesar de a polícia ter agido como devia em proteção ao patrimônio, a Governadora não concordaria com nenhum constrangimento ou ato de violência que pudesse macular a integridade das pessoas envolvidas.

Encaminhamos pela manutenção do veto, porque a solução já foi dada ao final da fala do Deputado Rogério Correia. Quando um veto é oposto a um orçamento público, esse dinheiro fica no limbo e não será utilizado. Estamos nos referindo a uma questão orçamentária, e não financeira. Precisa haver a autorização orçamentária para que seja executado financeiramente. Mantido o veto, esse recurso fica suspenso. Depois, terá de vir para a Casa a solicitação de uma nova destinação, seja para o Tribunal, seja para o DER, seja para outro órgão, para que possamos discutir a questão.

Neste momento, a orientação do Governo é para mantermos o veto. Depois, discutiremos a melhor destinação para esse recurso orçamentário.

Com relação ao Tribunal de Contas, essa Comissão Especial estudará o caso. Esta Casa precisa promover uma ampla discussão sobre a questão, para que esse órgão possa cumprir eficientemente e eficazmente o seu papel. A Comissão Especial será o fórum apropriado para esse debate, e poderemos propor as modificações e alterações que julgarmos melhores para o Estado. A orientação do Governo é para que votemos pela manutenção do veto.

Aliás, quando vier a nova destinação, teremos de fazer melhor discussão, uma vez que o momento é de austeridade, de economia. Quem sabe, os R\$14.000.000,00 representariam grande passo a ser dado pela Assembléia, fazendo economia para que o Governo destine esses recursos a áreas fundamentais da administração. Assim, o povo mineiro poderá ter o que espera do Governo. Obrigado.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, inicio falando sobre o que já expôs o colega Miguel Martini a respeito da comunicação que veio do Secretário da Segurança do Rio de Janeiro. Vemos esse comunicado com certa alegria, mas, ao mesmo tempo, pensamos: "em que mundo vivemos?".

Trata-se de jovens que nunca fizeram mal a ninguém. Talvez pela própria idade, manifestam indignação com o que ocorre no mundo. Porque ameaçaram um patrimônio, mesmo que não estejam no quartel nem na POLINTER, encontram-se ainda recolhidos. Em contrapartida, vemos um Governo com atitude quase insana, desrespeitando todas as leis internacionais, matando inocentes, continuar livre. Até quando continuaremos vivendo dessa maneira? O ataque a um patrimônio físico leva as pessoas à exclusão, mas um ataque à vida deixa-as na impunidade.

No tocante ao projeto, cujo veto está em discussão, imaginamos que foi esta Casa, na gestão passada, que achou por bem usar o recurso para aplicar em duas áreas fundamentais: na melhoria da qualidade de vida do povo mineiro e, no DER, na recomposição de nossas rodovias. Pela manhã, salvo engano, quase todos os Deputados que aqui falaram mostraram como estão as estradas mineiras. Testemunho também a situação em que se encontra a estrada para o Vale do Aço. Além de a rodovia ser muito perigosa, está em um péssimo estado de conservação. Na última viagem que fiz, tive o azar de cortar dois pneus do meu automóvel. Por sorte, passou uma pessoa de coração grandioso, que nos deu carona.

O outro testemunho que dou é sobre a situação da COPASA. Temos de investir maciçamente na COPASA ou em qualquer outra companhia com mesma finalidade. Não podemos continuar convivendo com esgoto a céu aberto nas cidades. O mais grave é que, na cidade onde o esgoto não corre a céu aberto, presenciamos, na maioria das vezes, as companhias recolhendo dos lares as fezes e levando-as para nossos ribeirões, formando um grande esgoto a céu aberto.

Acredito que, quando esta Casa votou, o fez pensando na necessidade do povo mineiro. Neste ano, em que se comemora o "ano das águas", em que se buscam a preservação e a recuperação dos rios e das fontes, não podemos ficar insensíveis à necessidade desses recursos, que servirão no tratamento dos esgotos, devolvendo aos ribeirões e às bacias água sem poluição. Conseqüentemente, poderemos contar, por mais alguns anos, com este recurso que Deus nos deixou: a água potável.

Diante disso, quando coloco uma posição para fazermos uma reflexão, porque esse dinheiro foi do orçamento passado, repassado do Tribunal de Contas, não falo com o intuito de vingança contra o Tribunal, até porque não estava aqui. Se começou a ter problemas, principalmente no início deste ano, com algumas ameaças a esta Casa, não me diz respeito. Não tomo essa posição por qualquer indisposição pessoal contra o Tribunal de Contas. Embora, após poucos meses nesta Casa, seja obrigado a reafirmar a todos os meus companheiros e ao Presidente que a única experiência que tive com esse Tribunal não foi das melhores.

Tive acesso a determinado processo, no Tribunal de Contas, de 1994, em que o DER contratou serviço da empreiteira CCO, Construtora Centro-Oeste, se não me engano, no qual, desde a licitação até o contrato da obra e seu aditivo, após análise por órgãos técnicos, observou-se uma série de irregularidades, encaminhadas ao Auditor, que, vendo-as, optou pela anulação de todo o processo e pela aplicação de multas aos representantes do DER, não só ao Presidente, mas também aos membros da Comissão. O processo também foi encaminhado ao Ministério Público; lá um Promotor, que trabalha no Tribunal, teve a mesma posição: optou pela anulação do processo, aplicação de multa e tudo o mais.

No entanto, diante dos pareceres de um funcionário competente, do Ministério Público e do Auditor, por incrível que pareça, os Conselheiros reuniram-se e ignoraram todo esse estudo realizado ao longo de oito anos e pediram o arquivamento desse processo, dizendo que ele transcorreu na mais perfeita licitude.

Está na hora de rever isso. Vieram em momento oportuno essa discussão e a criação dessa comissão, para que, de maneira isenta, avaliemos para que serve o Tribunal de Contas e como são feitos seus julgamentos. Se é político, corremos o risco de estar pagando, como contribuintes, a um órgão que pode transformar a ilicitude em algo lícito, trazendo enormes prejuízos para o povo mineiro, para o contribuinte de Minas.

Diante dessa situação, quero deixar bem claro que, salvo melhor juízo, continuaremos a discussão. A princípio, queremos votar pela derrubada desse veto, para que possamos ter esse recurso e, no momento oportuno, discutindo com nossos pares, perceber se há necessidade do Tribunal. É lógico, se se fizer necessário, não seremos irracionais a ponto de negar recurso para o funcionamento desse órgão. Depois da instituição dessa comissão, terá outro destino, deverá apresentar outro comportamento. Precisamos nos situar. Sendo criado para nos assessorar, coloca-se no lugar de fiscalizador, e nós, Deputados, que fomos eleitos para fiscalizar, ficamos como auxiliar do Tribunal.

Temos que deixar isso bem claro para a sociedade e para mim, porque, eleito para fiscalizar, fui surpreendido, quando me dirigi ao Tribunal de Contas para saber desse processo. A primeira pergunta que me fizeram foi: "É advogado? Só advogado terá acesso ao processo". Respondi: "Sou Deputado, gostaria de ter acesso aos documentos". A primeira resposta que obtive foi uma certa resistência.

Não podemos fazer isso. Você é funcionária. Farei requerimento por escrito e gostaria de resposta por escrito. Diante dessa ação positiva, percebemos que houve murmurinho, acomodação, que nos permitiu o acesso a esse documento.

Esta Casa tem papel importante. É autoridade suficiente para construir ou criar um Tribunal de Contas que atenda às necessidades dos contribuintes. É preciso haver julgamentos isentos, para que os recursos públicos sejam gastos de maneira decente, racional e, principalmente, com bastante transparência. É preciso saber qual é a posição exata do Tribunal e qual a função exata do Poder Legislativo. Continuaremos discutindo, mas seria bom derrubar esse veto.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - A Assembléia tem se curvado aos interesses do Poder Executivo, independentemente de quem seja o Governador. Estamos, mais uma vez, votando contra a Assembléia Legislativa.

Alerto os Srs. Deputados de que, depois, não adianta lamentarem e dizerem que a Assembléia está desvalorizada. Estamos votando um veto do Governador, e não um veto do Executivo para atendê-lo. É um veto contra a Assembléia Legislativa.

Portanto, gostaria que fosse suspenso o processo de votação, para que pudéssemos fazer acordo e conversar sobre o veto. A maioria ainda não teve a oportunidade de analisar o que está sendo votado. Estamos sempre votando contra nós mesmos, às vezes por desconhecimento. Esse veto é contra a Assembléia. Não tem nada a ver com o Tribunal de Contas.

O orçamento do Tribunal aumentou quase 100% nos últimos cinco anos. O da Assembléia, não. Quando a Assembléia, dentro de suas necessidades, aumenta em R\$12.000.000,00 seu orçamento, aparecem o Secretário de Planejamento e outras pessoas para vetar.

Penso que deviam tomar conhecimento, para que tomemos decisão em nome desta Casa, e não em nome do Governo. O Governo já está com seu orçamento aprovado. Não estou questionando o Governo, mas os Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, prezados colegas, telespectadores da TV Assembléia, prezados assistentes presentes nas galerias, estamos, mais uma vez, discutindo um veto do Governador com relação ao orçamento da Assembléia e do Tribunal de Contas. A discussão, neste início de Governo, deve ser um pouco diferenciada, pois estamos em nova legislatura, com Governo novo, que herdou orçamento votado na legislatura anterior e organizado pelo Governo passado.

É lógico que neste início surgem algumas questões e dúvidas, que são normais num período de transição: fim de governo, início de outro. É sabido que as dificuldades financeiras do Estado são enormes, gigantescas. O próprio Governo Federal está assumindo uma postura de muita cautela na questão econômico-financeira. Estão acontecendo debates internos dentro do próprio PT, cujo tema é a conduta, o comportamento e as providências tomadas pelo Governo Federal, que vive a dificuldade de início de Governo com a herança de algo que não planejou, mas que precisa assumir para que não haja quebra de continuidade. Mas dentro da margem de ação possível, o Governo Federal tem refreado um pouco a questão financeira, segurando os gastos, porque é preciso ter segurança e tranquilidade para implementar as medidas necessárias.

O Governo de Minas vem agindo da mesma forma. Logo de início, sem ter ainda sua equipe em funcionamento, recebeu vários projetos, entre eles o orçamento, sem que tivesse tranquilidade para executá-lo e implementá-lo. Optou-se, de forma preventiva, por alguns vetos, colocados como medidas de garantia, mas que, num segundo momento, seriam analisados, o que está sendo feito agora. À medida que as análises estão sendo feitas, com maior conhecimento e com a audiência de setores da Assembléia e da sociedade, o próprio Governo está revendo algumas posições.

Com relação aos orçamentos da Assembléia e do Tribunal, o Governo quer manter o veto, por entender que, mais do que um discurso de seriedade e de contenção de gastos, é necessária uma prática concreta. O Governo tem agido assim: no que é necessário, tem sido duro e rígido na contenção de gastos. Ao mesmo tempo, está solicitando a colaboração dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de órgãos como o Tribunal de Contas. É um esforço geral neste início. É um momento de transição e dificuldades, em que o Governo precisa ganhar um pouco de tempo para se reorganizar administrativamente, reorganizar as finanças do Estado e ter condições de sinalizar até onde poderá chegar, como deseja chegar e como implementará suas medidas.

É preciso reforçar essa atitude cautelosa do Governador do Estado. É preferível começar o Governo, o ano e a legislatura com cautela, tranquilidade, podendo implementar, no próximo ano, medidas novas e ampliar orçamentos após análise mais cuidadosa. É preciso tranquilizar não só os Poderes, mas também a sociedade mineira: os recursos necessários ao funcionamento do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas serão assegurados. Nenhum desses Poderes e órgãos serão sacrificados no seu funcionamento por falta de recursos. Mas é preciso entender que, neste momento, em vez de liberar recursos extras, que nos causam dúvidas sobre sua necessidade, é preferível agir com cautela, a fim de que o Estado possa implementar uma política administrativa garantida.

É preciso acabar - e o Governo está trabalhando nesse sentido - com aqueles momentos desgastantes, que frustram a sociedade e alguns municípios mineiros, quando governos convidam Prefeitos do interior para virem à Capital assinar convênios que não são pagos, anunciar obras que não são concluídas ou gerar perspectivas que nunca se concretizam.

Precisamos de um regime de responsabilidade administrativa, de gastar o que temos, anunciar o que podemos fazer, firmar contratos que podemos cumprir e convênios que podemos executar.

Neste momento de início de governo, de dificuldade econômica da Nação brasileira, a Assembléia deve colaborar, sinalizando para a sociedade que está sensível à questão. Com altivez e tranquilidade, saberá defender suas posições e prerrogativas institucionais, de forma a não prejudicar o equilíbrio financeiro do Estado. Nesse sentido, fazemos apelo à Bancada do Governo e à Oposição, que também está sensível a isso, para que votemos pela manutenção do veto ao orçamento, com vistas a possibilitar estabilidade orçamentária neste ano e no próximo. O orçamento será amplamente discutido pelas comissões desta Casa, de modo a tornar-se, de fato, real. Chega de apresentar orçamentos fictícios para a sociedade, criando falsas esperanças e frustrando a todos.

Encaminhamos, pois, pela manutenção do veto, para que a posição inicial do Governador seja mantida, contendo-se gastos e implementando-se controle fiscal rígido que moralize as finanças públicas e recupere os créditos administrativos do Governo e do Estado.

No encaminhamento desta votação, o Deputado Rogério Correia apresentou destaque para que a parte referente ao Tribunal de Contas seja votada separadamente. Solicitamos a esse parlamentar que retire o requerimento, para que a votação aconteça em bloco. Nesta semana, instalamos comissão especial para analisar a estrutura e o funcionamento desse órgão. Como relator, faço esse apelo, inclusive para que esta comissão tenha prazo maior, aprofundando-se nessas questões com o objetivo de, no próximo orçamento, após a conclusão dos estudos e com elementos palpáveis, assumirmos postura mais segura e viável.

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/3/2003

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e membros da Mesa, ocupamos a tribuna para noticiar uma decisão tomada que toca profundamente o nosso coração, por conhecermos de perto Wilton Madson Andrada, que ocupa e desempenha o cargo em comissão da administração regional da FUNAI com toda a desenvoltura e conhecimento de causa.

Trata-se de uma pessoa que não possui atestado ideológico, mas atestado indígena. Em nosso segundo mandato, por ocasião da eleição de 1994, tivemos a oportunidade e o privilégio de representar uma comunidade indígena de Minas Gerais, localizada na cidade de São João das Missões. Fica quase na divisa de Minas com Bahia. Nessa cidade, conhecemos uma das maiores lideranças indígenas, com quem tivemos a oportunidade de conviver. Trata-se do cacique Rodrigo, que, àquela época, era Vereador. Tivemos vários encontros com o então Delegado da FUNAI, Dr. Lúcio Flávio, que hoje reside em Pirapora. O Rodrigo acabou, em uma composição, sendo eleito Vice-Prefeito e hoje está em seu segundo mandato.

Pudemos trabalhar de perto para uma cidade, especificamente para a aldeia dos índios Xacriabás, o que nos aproximou das outras aldeias indígenas mineiras. Depois de longo período, essa pessoa, sertanejo, barraqueiro do São Francisco, da cidade de São Francisco, passou a dirigir o escritório regional da FUNAI, localizado em Governador Valadares.

Qual foi nossa surpresa e o motivo de ocuparmos a tribuna na tarde de hoje? Foi publicado no "Diário Oficial da União", em 24/3/2003, a exoneração do indigenista Wilton Madson Andrada do cargo em comissão de administração regional da FUNAI em Minas Gerais e Espírito Santo. Causa-nos espanto o fato de que não tiveram a menor consideração em avisá-lo de sua exoneração, pois esse servidor público, com 20 anos de indigenismo, só ficou sabendo da decisão por intermédio do "Diário Oficial da União".

Ações dessa ordem deixam-nos preocupados, pois todos sabemos da tipicidade do trabalho realizado pela FUNAI, que atua em todo o território nacional, com mais de 220 povos diferentes e mais de 180 línguas distintas. O trabalho da FUNAI em Minas Gerais abrange as seguintes etnias: maxacali, no vale do Mucuri, que é, por muitos, considerada a maior resistência cultural do nosso País, pois, apesar da convivência secular com a sociedade, mantém o uso da língua materna e ritos religiosos intactos, o que caracteriza a fibra desse povo; pataxós, oriundos da Bahia e radicados em Minas Gerais há algumas décadas; xucuru-cariris, oriundos da Bahia e Alagoas; crenaques, ocupantes tradicionais do vale do rio Doce; pancarus, no vale do Jequitinhonha, oriundos do Estado de Pernambuco; xacriabá, a mais numerosa etnia mineira, com aproximadamente 7 mil indígenas; e caxixó, etnia reconhecida recentemente na região Centro-Oeste de Minas.

Diante dos fatos relatados, conclamamos os Deputados e Deputadas, autoridades com interesse na causa indígena a fazerem gestões junto ao Presidente da FUNAI, Dr. Eduardo de Aguiar Almeida, para que tenha a paciência indígena dos grandes caciques ao decidir as questões de grande relevância para o destino do órgão. Registramos que as lideranças indígenas têm-nos procurado, preocupadas com as medidas que estão sendo tomadas pela FUNAI.

Temos certeza de que muitos são os Deputados e Deputadas que têm essa preocupação. Esperamos que essa decisão seja revogada. Muito obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Mineiras e mineiros, detentores do Poder, o qual representamos nesta Casa, Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é a segunda vez que ocupo esta tribuna como Deputado Estadual. Já a havia ocupado outras vezes, como cidadão, como Vereador, quando participei de seminários, audiências públicas. Lembro-me até de um seminário sobre desemprego, em que pude representar o grupo presente, entregando ao então Presidente, Anderson Aduato, uma listagem com 441 propostas para diminuir o

desemprego em Minas. E, neste momento, faço-me solidário com o grupo Associação Comunitária Cristã do Brasil, que está aqui fazendo um manifesto contra o desemprego.

Como Deputado Estadual, a primeira vez em que assumimos compromisso foi no dia da nossa posse, quando, após ouvirmos os termos do nosso compromisso com a Constituição, a democracia, a ética, ocupamos a tribuna para dizer: "Assim o prometo". E hoje estou aqui para fazer algumas considerações e, quem sabe, trazer contribuição aos debates. Esta é a Casa do parlamento.

Vamos vivendo entre angústias e esperanças, como a maioria do povo sobrevive. As angústias são muitas, a começar pela guerra entre Estados Unidos e Iraque. Lembro-me do meu pai, a quem presto uma homenagem. Ele é ex-combatente da Segunda Guerra. Homenageio, também, todos os ex-combatentes. Com a sabedoria de quem vive há 82 anos, tem sido muito entrevistado sobre a guerra e tem dito, taxativamente, que é uma estupidez humana, traz angústia, violência, miséria, fome.

O Brasil é o maior país agricultável do mundo, no entanto faz campanha contra a fome. Isso traz angústia. O Brasil e o mundo têm tudo para serem melhores e não são. Isso angustia a todos mais ainda. Minas Gerais é um Estado maravilhoso, potencialmente rico em pessoas, recursos naturais e não consegue resolver os problemas básicos de seu povo. Isso traz angústia, mas, graças a Deus, a esperança é maior.

Muitos fatores têm contribuído para aumentar nossa esperança: o mundo que se levanta pela paz, por intermédio de manifestações, o povo que se organiza, a sociedade que toma consciência, as alternativas que estão sendo criadas, principalmente pelo povo pobre. O Governo Lula, mesmo que lentamente, com tantas dificuldades, após os 503 anos de exploração do nosso povo, está caminhando, e logo teremos muito mais motivos para ter esperança.

Nossa missão é trabalhar para eliminar as causas das angústias e fazer com que a esperança seja maior; trabalhar para que tenhamos motivos concretos de esperanças para o nosso povo. Quando falo "nossa missão" estou me referindo a nós todos: cidadãos, cristãos - a maioria no Brasil se diz cristão - não-cristãos, pessoas de bem, políticos. Aqui entra nossa missão muito séria neste campo da política: exercer o poder em nome do povo, junto com o povo, para garantir a satisfação das suas necessidades básicas. Nós, que exercemos parcela do poder, temos um compromisso muito sério nessa questão.

Faço uma reflexão. A doutrina social cristã diz que a razão de ser do Estado usa o poder que emana do povo a serviço do próprio povo. A Constituição, no seu art. 1º, § 3º, garante isso, quando diz que o Poder emana do povo e é exercido por ele diretamente por meio de seus representantes. É uma questão de concepção do poder, e temos feito isso nas bases, nas pastorais sociais e nos movimentos populares.

Afinal, o que é poder? O poder, como vantagem, como privilégio, é um engano que subsiste por séculos. O poder é serviço e assim deve ser entendido e vivido. Se mudarmos essa concepção de poder, mudaremos a mentalidade e as estruturas. Aprendemos e repartimos com todos aqui. Aprendemos com o Movimento Juizes para a Democracia, no programa da Rede Vida de televisão. Disse que a reforma do Poder Judiciário tem de ser também a dos demais Poderes. Deve começar pelo nome e, se conseguirmos mudá-lo, será um grande passo. Em vez de Poder Executivo, Serviço Executivo; em vez de Poder Legislativo, Serviço Legislativo e em vez de Poder Judiciário, Serviço Judiciário.

A competência dos chamados Poderes é servir à sociedade. Poderíamos incluir um quarto Poder: o da comunicação. Poder não, serviço da comunicação. A sociedade, como um todo, precisa crescer, e não um partido, um Presidente, um Governador ou um Deputado. Ela precisa organizar-se e elaborar o projeto a ser realizado. Aí, sim, elegerá pessoas para implementá-lo e, então, podemos falar de cidadania.

Somos representantes do povo, e não substitutos. Cidadania decorre da participação ativa da sociedade. É o único remédio contra dominação, e a única maneira de a conquistarmos é construindo o poder popular.

A carta do manifesto de fundação do PT diz que este participará de eleições a fim de colocar o poder político a serviço do popular. Com essa concepção de política e de poder, questiono o termo oposição. Oposição a que e a quem? Temos certeza de que precisamos mudar a referência do Poder Legislativo e colocá-lo onde deveria estar, ou seja, junto à população organizada. A Bancada PT-PCdoB é da Oposição, mas a que e a quem?

Somos eleitos para fazer o projeto da sociedade mineira acontecer, mas questiono a representatividade da população. Como ele foi discutido e elaborado? Está sendo colocado em prática, e as primeiras ações do Governo são questionadas por vários setores da sociedade. Se fosse um projeto da sociedade, não seria contra.

O Governo Lula ouviu a população. Outros partidos participaram da elaboração do programa de governo. Precisamos conseguir participação mais efetiva da sociedade, para que tenhamos como referência o projeto da sociedade.

Assim, fará oposição quem estiver contra o projeto da sociedade. Diante da minha representatividade nesta Casa, solicitaram-me que fizesse essa reflexão. O projeto foi aprovado em 1º turno, mas o povo mineiro não pôde debater-lo. No Sul de Minas, região que represento, o Governador Aécio Neves não participou de debates eleitorais. Aliás, morou pouco tempo em Minas. Os mineiros não o conhecem ainda. Há quem diga que o eleito foi Tancredo Neves, por causa das propagandas eleitorais, com 10 minutos de programa na televisão. Precisamos realizar audiências públicas, ouvir a opinião da sociedade organizada sobre o projeto que Minas deseja. Aí, estaremos usando melhor o termo oposição.

Sou natural do Sul de Minas, região do Alto e Médio Sapucaí, do circuito das águas, nascido e criado em Caxambu, estância hidromineral. Ontem, fez 30 anos que cheguei a Itajubá, onde fui muito bem acolhido. Fui Vereador por aquela cidade durante seis anos. Agora, fui eleito Deputado Estadual. Temos discutido vetos e projetos, sempre com o pensamento em prol do povo mineiro. Não estou sozinho. A nossa campanha foi feita juntamente com a sociedade organizada. Representamos movimentos de base, populares e eclesiais. Ajudamos a fundar o PT em diversas cidades do Sul de Minas. O Conselho Político Pró-Cidadania nos acompanha antes de exercer o mandato de Vereador. Temos ainda a Associação para o Desenvolvimento Integrado dos Municípios da Região da BR-459, que denominamos de Rota Tecnológica 459. Apesar de ser uma experiência tímida, está realizando um trabalho muito interessante, levando em consideração diferenciais como educação, ciência, tecnologia e turismo, no circuito das águas. Com a participação da sociedade conquistaremos o objetivo que desejamos.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Laudelino Augusto, estamos ouvindo suas palavras e felizes em recepcioná-lo, pela extraordinária vocação e vida exemplar na sua querida Caxambu, particularmente em Itajubá, onde prestou grandes serviços à Câmara Municipal. Sempre tive o maior apreço e respeito por V. Exa., além da certeza de que seria legítimo representante do povo sul-mineiro. A filosofia adotada como paradigma que norteia sua vida me conforta, é salutar, porque V. Exa. gosta do jogo democrático, visando à paz social, particularmente à ética na política. Esse exercício é bom para a democracia. O parlamento mineiro está enriquecido com a sua presença, representando a nossa querida bancada do Sul de Minas. Peço a Deus que abençoe seu trabalho nesta Casa, como abençoou o seu longo tempo de serviço prestado à Câmara Municipal de Itajubá. Parabéns. Conte sempre conosco.

O Deputado Laudelino Augusto - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Precisamos unir as nossas forças, porque temos como referência o

projeto da sociedade. Em volta da mesa, com a sociedade, com certeza estaremos unidos para o bem do povo mineiro.

Farei algumas reflexões acerca das minhas primeiras impressões desta Casa. Durante um mês fiquei observando e ouvindo. Confesso que ainda estou um pouco perplexo, porque a dinâmica é muito grande. Sou caxias e gosto de estar presente em tudo. Aliás, tenho essa obrigação, porque fomos eleitos para isso. Estou sempre com o desejo de servir e realizar a missão para a qual fomos eleitos. Estou sendo muito bem atendido pela bancada - muito acolhedora -, pelas Deputadas, Deputados e funcionários, a quem agradecemos. Manifesto, também, meus agradecimentos à população. Contamos com a paciência de todos, a fim de aprendermos juntos a fazer o que é certo, além de sermos fiéis. Fomos eleitos para isso. Contribuiremos para que o Poder Legislativo preste bons serviços a Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, cidadãos e cidadãs que assistem à TV Assembléia, no dia 19 de março, tivemos importante encontro em Belo Horizonte, que contou com diversos parlamentares desta Casa, com a Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Mucuri, Norte e Jequitinhonha, Deputada Elbe Brandão. Participaram ainda vários Prefeitos, Vereadores e a Profa. Tânia Barcelar, que representa o Governo Lula no grupo de trabalho instituído para reformular a proposta de recriação da SUDENE. Ocupe esta tribuna para realçar a importância dessa medida e seus impactos para Minas Gerais.

A idéia que originou a SUDENE surgiu no Governo do Ex-Presidente JK, nos anos 50, através de estudos de grupo coordenado pelo economista Celso Furtado. Tais estudos, iniciados em 1956, culminaram com sua criação em 1960 e trouxeram importantes avanços para nosso País. O modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro concentrou a fonte dinâmica da nossa economia na região Sudeste e no Sul, criando grande descompasso em relação às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. JK teve a sabedoria de, naquele momento, pensar e propor instrumento que levasse em conta a importância do desenvolvimento regional para o planejamento nacional. Esse foi o objetivo inovador da SUDENE, que já desempenhou fundamental papel na colonização do Maranhão, na irrigação da Bacia do Rio São Francisco e na produção de alimentos na zona úmida.

No início, essa superintendência enfrentou dificuldades com o Golpe de 64, página triste da história brasileira que resultou em demissões; em 1965, a reforma tributária desvinculou recursos de seus projetos; na época do milagre econômico, com o endurecimento da ditadura militar, perdeu seu papel, já que as prioridades eram políticas nacionais; na redemocratização do Governo Collor houve desmanche absoluto, com enxugamento no seu quadro de pessoal; nos Governos Fernando Henrique I e II teve seu fim, motivado por denúncias e malversação dos seus recursos.

Em 2001 foi criada a ADENE na tentativa de se substituir a SUDENE. Mas era uma agência com pouquíssimos funcionários, sem conselho deliberativo e que não possuía substrato político como a SUDENE, com Ministros, Governadores e lideranças empresariais e políticas. A ADENE sequer teve condições de movimentar os recursos que lhe foram destinados. O Governo Lula tem como prioridade criar uma nova SUDENE, com bases de instituição e não de agência burocrática. Uma SUDENE que compreende que o Brasil de hoje não é o mesmo dos anos 50, sem as contradições que polarizavam o Norte e o Sul. O Brasil de hoje possui zonas dinâmicas e economicamente fortes em sub-regiões do Nordeste, assim como zonas de deterioração econômica no Sudeste e no Sul. Trata-se de reconhecer a desigualdade e a diversidade em novos patamares. Para isso é fundamental que o Governo Lula estimule a combinação de uma política de desenvolvimento macrorregional com uma política sub-regional. E que faça uma reavaliação do poder local, pois a partir da Constituição de 1988, os municípios assumiram novas responsabilidades. É preciso pensar em uma SUDENE que chegue diretamente aos municípios. Até o final de maio o Governo Lula apresentará uma proposta de formatação da nova SUDENE, sem corrupção e com fontes de recursos estáveis, pois os recursos deverão ser determinados por fontes permanentes para que não se crie uma superestrutura sem condições de atingir suas finalidades.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pela lucidez deste pronunciamento histórico, que mostra bem o que aconteceu com a SUDENE, desde o seu período áureo, até seu decréscimo devido à falta de incentivos, culminando em sua extinção. Em seguida, criou-se a ADENE, que não teve atuação. Essa agência foi criada com o discurso de que tornaria mais ágeis os projetos da SUDENE, e seu primeiro ato foi a extinção do conselho deliberativo, por meio do qual os Prefeitos e Governadores decidiam quais projetos seriam desenvolvidos e quais as cotas de cada município. Agora, há esta proposta do retorno da SUDENE. Das propostas do Governo Lula, essa é uma das mais importantes, principalmente para o Nordeste brasileiro e para Minas, onde há o vale do Mucuri, o do Jequitinhonha, além do Norte do Espírito Santo. Precisamos incentivar a volta da SUDENE, mas que esta seja forte e venha transformar os recursos em projetos produtivos.

Tivemos na nossa região o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, ligado à SUDENE. Estamos em vias de receber o PRODETUR, que trará para Minas Gerais US\$86.000.000,00, talvez o único projeto, neste ano, que trará dinheiro internacional para o Estado. Estamos empenhados, e o seu pronunciamento dá força ao nosso trabalho de tantos anos. Podemos fazer mais, até mesmo pressão política com Deputados Federais e Senadores mineiros, para que possam se ombrear com essa proposta do Presidente Lula, que não é partidária, mas de salvação para o Estado, principalmente da metade do País para cima, que precisa dos recursos da SUDENE.

Parabéns pelo seu pronunciamento lúcido, bem elaborado e estudado, que engrandece o trabalho para o retorno da SUDENE.

O Deputado André Quintão - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta que é da região, que possui um trabalho reconhecido e que sabe da importância desses organismos que estimulam, a partir da diversidade, o combate à desigualdade.

O problema não é a diversidade regional. O Brasil possui dimensões continentais e só em Minas Gerais há várias regiões. O problema surge quando essa diversidade não significa o desabrochar das vocações e potencialidades das regiões e se transforma em fonte de desigualdade social.

Já nessa linha, poderia falar do Norte, do Mucuri, mas queria atenção especial para uma região, pela qual tenho o maior carinho, o vale do Jequitinhonha, que poderá ser beneficiado com a criação da nova SUDENE. Tenho um compromisso especial com o vale do Jequitinhonha, que se expressa, num primeiro momento, em buscar desconstruir a imagem que a população brasileira tem dele, como se este fosse o vale da miséria, da pobreza e dos coitadinhos. O vale possui muitas potencialidades, riquezas minerais, que, infelizmente, são extraídas e vão até para outros países. Possui também riqueza agrícola, pecuária, ambiental, o belíssimo rio Jequitinhonha, histórico para a colonização do nosso País, mas agredido.

Esse vale possui a cultura em sua alma, que se bem explorada e aproveitada, por meio de políticas públicas, poderia estar associada a um programa de desenvolvimento de turismo que gerasse mais desenvolvimento e renda.

Os vales do Jequitinhonha e Mucuri e o Norte precisam de projetos de desenvolvimento econômico sustentável, que respeitem o meio ambiente, gerem renda e emprego, acabem com essa política clientelista que assola essas populações.

É verdade que temos indicadores negativos nessa região, que possui aproximadamente 30% da população analfabeta. As mães do bolsa-escola representam aproximadamente 48,5% dessa população analfabeta. Então, temos de ter políticas diferenciadas para o vale, na linha do desenvolvimento econômico, com distribuição de renda, que passem pela recuperação ambiental e oferta em qualidade e quantidade de oportunidades na educação. A educação é um recurso estratégico para o desenvolvimento econômico, desde a infantil até à superior. É importante que o vale tenha uma infra-estrutura adequada, que sua malha viária seja recuperada e se torne capaz de integrar o vale, principalmente a região próxima de Almenara, Jacinto e Salto da Divisa, a um pólo turístico, como o Sul da Bahia, pois a parte da Bahia foi

asfaltada, mas a de Minas não.

É muito importante um projeto de desenvolvimento econômico sustentável para o vale do Jequitinhonha combinado com políticas sociais sérias e controle social. Infelizmente, muitas políticas sociais levadas a cabo no vale são desviadas para outras finalidades.

É importante frisar que o vale precisa dessas políticas públicas e que o Estado e o Brasil precisam dele, pois o vale tem grande contribuição a dar para o desenvolvimento mineiro e brasileiro.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo brilhante e importantíssimo pronunciamento e o Governador Aécio Neves por ter criado efetivamente uma Pasta para o vale do Jequitinhonha. Conhecemos o grandioso trabalho da Deputada Elbe Brandão. Temos certeza absoluta de que, na sua Pasta, apresentará e conseguirá inúmeros pleitos para defender o vale.

Essa Pasta foi criada especialmente para concentrar o trabalho necessário, os projetos e os financiamentos em todas as áreas. Brevemente, teremos a presença da Deputada Elbe Brandão, que poderá demonstrar o seu grandioso projeto para o vale. Somente por meio de debates como este é que, realmente, teremos condições de buscar meios para o desenvolvimento dos que necessitam.

O Deputado André Quintão - Agradeço o aparte. A Bancada do PT estará rigorosamente à disposição do Governador Aécio Neves, a fim de buscar interlocução séria, responsável, com a nova SUDENE, com os Ministérios da área social, sobre as políticas públicas que o Governo Lula priorizará em Minas para o vale do Jequitinhonha, do Mucuri e o Norte. O Presidente Lula não só conhece e sabe dos indicadores sociais perversos como também das potencialidades que podem colocar o Jequitinhonha e as demais regiões no centro de um processo de retomada do crescimento econômico brasileiro. Contem com o PT, com a nossa bancada, para que levemos ao vale políticas públicas sérias, respeitadas e que distribuam renda naquela região.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, público que nos assiste da tribuna e pela TV Assembléia, antes de iniciar as minhas palavras propriamente ditas, quero parabenizar o Deputado André Quintão. Com muita propriedade expôs a questão da revitalização e da reorganização da SUDENE, que certamente será fundamental para o desenvolvimento do Estado e do País, principalmente do Nordeste.

O que me traz a esta tribuna são coisas que vêm acontecendo no Governo Aécio Neves. Oferecemos-lhe, no final do ano passado, a lei delegada para que, juntamente com a sua equipe, fizesse, como o fez, a reforma administrativa. Esta veio reduzir, enxugar, para economizar e melhorar ainda mais o funcionamento da máquina administrativa do Estado. É uma importante causa. Aprovamos, e tinha de ser feita pelo Governo do Estado. Se ocorresse na Assembléia, a história seria diferente; poderíamos enfrentar variadas dificuldades.

O Governador vem implantando aos poucos essa reforma. Estabeleceu para todas as áreas administrativas prazo médio de 100 dias para que todas as Secretarias trouxessem para o Governo programas estratégicos, a serem trabalhados nos próximos anos da atual gestão. Isso vem acontecendo. Acabamos de ouvir o Deputado André Quintão dizendo do trabalho da Secretária, nossa colega, Deputada Elbe Brandão, que já vem oferecendo alguns caminhos em consonância com o Governo Federal na busca de soluções para situações gravíssimas do Nordeste, mas, principalmente, do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Mucuri e de outras regiões de pobreza do nosso Estado.

A Secretaria da Fazenda vem fazendo um programa de enxugamento em todo o Estado. Tivemos, agora, mais de 40 cidades que perderam as suas agências fazendárias, as conhecidas AF-I, o que tem trazido para as comunidades dessas cidades alguns transtornos, principalmente no diz respeito ao entendimento do que acontecerá, se serão prejudicadas, e como a Secretaria fará para que a fiscalização continue naquelas regiões. Mas por que essas dúvidas estão acontecendo? Por que está ocorrendo essa situação de preocupação para os Prefeitos, principalmente, e também para os contribuintes, empresários e industriais que existem nessas cidades? Certamente, por falta de comunicação.

Portanto, venho alertar o setor de comunicação do Governo para que informe melhor e com mais eficiência o que vem sendo feito, o que se pretende fazer, o que acontecerá, para que não se levantem essas dúvidas de maneira generalizada, as quais poderiam ser evitadas, se a comunicação - hoje tão importante - fosse difundida com mais eficiência e eficácia. Damos, então, essa opinião, pois sabemos que a Secretaria da Fazenda é eminentemente técnica. Mas é preciso que se divulguem os seus trabalhos e o seu planejamento, para que as pessoas, entidades, órgãos públicos ou privados, empresas e indústrias tomem conhecimento do caminho a seguir depois do fechamento de uma agência fazendária e possam resolver os seus problemas técnicos. No intuito de ajudar, alertamos o sistema de comunicação. Se não for possível gastar muito - e apoio totalmente a conduta do Governo que está economizando, acertando as contas do Estado, procurando cada vez mais diminuir gastos, e isso é louvável -, temos meios de gastar pouco ou quase nada e divulgar muito, o que proporcionará lucro extraordinário a quem está na ponta e precisa tomar conhecimento efetivo das mudanças executadas pelo Estado. Que sejam usadas a Rede Minas, que é do Estado e chega a grande número de cidades, a Rádio Inconfidência, que também é estatal, a nossa TV Assembléia, que alcança muitas cidades, ou outros órgãos de imprensa, pois, assim, o Governo não precisará gastar o dinheiro já escasso do nosso Estado e tão necessário às obras fundamentais.

Com maior divulgação, as ações governamentais chegarão com boa consonância às pequenas e distantes cidades, principalmente, e às entidades e aos órgãos públicos que tanto precisam das informações.

É este o comentário que deixo, parabenizando o Governo pelo que está fazendo. Tenho acompanhado todas as áreas. Por ter sido nomeado Presidente da Comissão de Política Agropecuária da Assembléia Legislativa, temos tido um contato mais próximo com a Secretaria de Agricultura, com todos os seus órgãos e, principalmente, com o Secretário, Deputado Federal Odello Leão Carneiro. Ele vem fazendo um bom trabalho. Os órgãos que dão apoio e compõem a Secretaria mostram que cada Diretor está procurando trabalho. O próprio Secretário me solicitou que trouxesse à Mesa da Assembléia um pedido de urgência quanto às sabatinas dos diretores e ocupantes de cargos, exigência da nossa Constituição. Trago esse pedido como uma cobrança do Secretário no intuito de obter melhor funcionamento da sua Secretaria e dos outros órgãos. Que a Mesa constitua essas comissões especiais para que passem a sabatar os ocupantes desses cargos do Estado. Alguns órgãos não podem tomar certas decisões, uma vez que estão atados pela impossibilidade que a lei impõe, uma vez que ainda não foram sabatinados pela Assembléia Legislativa. Trago essa cobrança, que me foi passada, com o espírito de ajuda e de cooperação que a nossa Assembléia deve ter para com o Executivo.

Informo que, exatamente agora, como representantes da nossa Comissão, estamos indo à Secretaria de Agricultura, onde haverá uma reunião com o setor produtor algodoeiro do nosso Estado, buscando implementar a lei que votamos no final do ano passado, para que nosso Estado se torne auto-suficiente em algodão, e que, ao invés de importar, passe a exportar, gerando recursos e empregos para a sociedade. Gostaria de parabenizar o Governador e suas Secretarias, que vêm desempenhando esse trabalho com muita consciência, assumindo alguns ônus pesados. Quando se administra com o propósito de enxugar, de extinguir cargos comissionados, de diminuir os gastos do Estado em situações que podem ser evitadas, temos que aplaudir. Jamais diminuir para prejudicar. Tenho certeza de que essa é a intenção do Governo. A Assembléia, de maneira globalizada, irá apoiar o Governo em tudo aquilo que for benefício para o Estado e para a nossa população.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estava acompanhando atentamente sua fala, Doutor Viana. Na verdade, existe um sentimento geral de que as ações e os atos públicos sejam transparentes e cheguem aos nossos eleitores. Todos queremos isso. Todo cidadão quer uma satisfação, até porque o Governador, nós, Deputados, os funcionários que também estão nesta Casa,

somos fruto da participação da sociedade que é chamada a opinar em dois momentos. Um, para nos eleger, o outro, para contribuir. Mas não é dado a esse cidadão o direito de saber, em sua plenitude, o que ocorre nos Poderes, o que ocorre no desdobramento das ações das pessoas que são eleitas e que compõem o Estado, o município e a União.

Gostaria de pedir a V. Exa. que solicitasse à base do Governo a vir à Assembléia, depois que tudo estivesse consolidado, para dizer o que aconteceu. Quantos cargos foram extintos, quantos criados? Qual o salário dos cargos extintos quando estavam ocupados? Quanto o Estado economizou com essas medidas? Como os serviços ficarão mais eficientes?

Acho que é o mínimo que um Governo que pretende tornar as coisas minimamente transparentes poderia fazer, já que, ao pedir a lei delegada, fugiu do debate. Isso não é bom, mesmo que as transformações demorem um pouco mais. No entanto, transformações que ocorrem respaldadas em um debate são bastante concretas e certamente vêm para ficar.

Solicito a V. Exa., que é Deputado da base do Governo, que venha à Casa, de maneira cortês e cordial, falar sobre o que foi feito com a lei delegada. Os projetos do Governo que chegarem, sendo corretos, vamos colocá-los em discussão. Esse seria um caminho democrático e tranqüilo e, acima de tudo, eficiente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Informo a quem está nos ouvindo e assistindo pela TV Assembléia que fui à Secretaria da Fazenda hoje e, com relação às AFs retiradas de algumas cidades, fui informado pelo Sr. Secretário que estão sendo criados, em convênio com as Prefeituras, os Serviços Integrados de Administração Tributária - SIATs - para que o serviço da administração fazendária continue sendo prestado nas próprias comunidades. Assim, não haverá necessidade de se deslocarem, tendo despesas ou dificuldades maiores. Não é essa a intenção, apenas se está buscando a eficiência através do enxugamento necessário ao Estado.

Parabenizo ainda o Governador e sua equipe por terem criado todas essas mudanças, principalmente esse projeto da segurança, que era muito necessário. Deus dê muita força e ilumine o Governo para que consiga realizar os seus projetos para o bem de todos nós! Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - A Presidência informa ao nobre Deputado Doutor Viana que, na tarde de ontem, foram lidos por esta Presidência os membros das comissões que irão sabatar os indicados pelo Sr. Governador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia e público presente nas galerias, é com imenso prazer que ocupo a tribuna desta Casa, nesta tarde. Quero dizer da minha satisfação com o anúncio do Plano Emergencial de Segurança Pública de nosso Estado. O Governador Aécio Neves vem seguindo sua trajetória política com muita firmeza. São demonstrações como essa que definem o caráter empreendedor e o norte político dos homens públicos que verdadeiramente buscam na atividade política o bem-estar social de um povo.

Quero, neste momento, Sr. Presidente, demais parlamentares, destacar que durante todo o mandato passado ocupei esta tribuna para denunciar a fragilidade de nossa segurança pública e cobrar, com todas as forças, os avanços necessários. Mas foi neste Governo - apenas com 85 dias de atuação - que o Governador Aécio Neves vem a público anunciar medidas na área de segurança. É necessário ressaltar algumas das principais, já que são tantas as anunciadas:

A integração das forças policiais e do Corpo de Bombeiros, com a criação da Secretaria de Defesa Social. Várias vezes, desta tribuna, implorei ao Governador Itamar Franco que fizesse as chefias de polícias sentarem-se à mesma mesa, mas, infelizmente, não tive acolhida.

A unificação do banco de dados que abrange a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a qual facilitará o tráfego das informações e agilizará a resposta de consultas no arquivo criminal. Somente aqueles que um dia combateram o crime nas ruas sabem entender e ressaltar o valor dessa medida.

A guarda penitenciária, que terá como função as vigilâncias interna e externa de cadeias públicas e penitenciárias. Com essa medida, o Governador fará retornar às ruas aproximadamente 4 mil policiais civis e militares, que, há anos, estão em desvio de função.

A conclusão de três novas penitenciárias, criando-se, assim, cerca de 1.200 vagas. A medida tem como meta principal a transferência imediata de todos os presos da Delegacia Especializada de Repressão a Furtos e Roubos e da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, já no mês de julho próximo. Dessa forma, o Governador irá solucionar um problema que se arrasta há anos sem uma solução, liberando, assim, os policiais civis para fazerem investigação, sua função principal.

A implantação da base territorial comum. Qualquer país mais avançado já descobriu que é necessário que as polícias estaduais tenham a mesma jurisdição territorial de atuação, o que possibilita maior integração e, conseqüentemente, troca de informações e melhoria no atendimento do cidadão. Hoje, cada uma das polícias atua diferentemente uma da outra, fazendo com que não haja troca de informação.

Grupo especial de combate ao crime organizado, para dar segurança preventiva e apurar crimes cometidos contra policiais e demais autoridades. Diante da escalada da violência contra nossos policiais civis e militares, que alcançou o número de 7 homicídios e 3 tentativas de homicídio nos últimos 50 dias, essa é a resposta imediata que todos esperávamos de um governante consciente de seu dever no resgate da autoridade do Estado.

Instalação do bloqueio de celulares na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, onde a justiça mineira poderá determinar o cumprimento de pena de pessoas perigosas. Essa medida também é de grande valor para coibir as tentativas de fuga, frustradas ou não, que ocorrem em todo o Estado.

Sistema de vigilância eletrônica em Belo Horizonte, que, certamente, aumentará muito a segurança de quem vive na Capital mineira, palco constante de delitos.

E, por último, destaco a valorização do servidor policial militar e civil. A garantia de aprovar até outubro deste ano o Estatuto dos Militares e a Lei Orgânica da Polícia Civil é uma demonstração de apreço e reconhecimento do servidor, pois somente aqueles que conhecem a matéria é que sabem de sua importância.

O programa habitacional vem ao encontro da vontade de muitos policiais que moram na periferia, nas favelas, sem poder sequer dizer que são policiais. Essa medida é de grande valor social e garante a volta da tranqüilidade para a família policial.

Entrega do fardamento. Vale lembrar que, desde o Governo Eduardo Azeredo, em 1996, as peças básicas de fardamento não estavam sendo entregues aos Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. Portanto, essa medida aumenta a confiança que os policiais têm no Governador. Oportuno dizer que, no Estatuto, estaremos ampliando para todos os militares - do Soldado ao Coronel - o direito de receberem o benefício em espécie, como já estava previsto no projeto de estatuto que tramitava na legislatura anterior.

Sr. Governador Aécio Neves, não poderia, em hipótese alguma, deixar de dizer ao povo mineiro o tamanho e a complexidade desse plano. É necessário dizer que atitudes como essa mostram-nos, a cada dia, o valor e o quilate político de V. Exa.

O Plano Emergencial de Segurança anunciado demonstra, com muita clareza, que V. Exa. tomou o rumo certo, na hora certa, dando exemplo da coragem e determinação necessárias a um Chefe de Estado. Tenho certeza de que, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, aqui estarei, futuramente, dizendo a todos sobre quantas efetivas melhorias para a segurança pública do cidadão a ação política de V. Exa. trouxe.

Quero que V. Exa. saiba que tem aqui nesta Casa um Deputado aguerrido, que defenderá esse plano, não por pertencer à base de Governo de V. Exa., mas por reconhecer que, quando os atos de um governante estão pautados no mais puro interesse coletivo, todos nós, agentes políticos, temos de convergir na mesma direção.

Vale destacar, ainda, a competência das chefias de polícia do Cel. Álvaro Nicolau, à frente da Polícia Militar; do Cel. Marcelino, à frente do Comando do Corpo de Bombeiros; do Dr. Otto Teixeira Filho, da Chefia da Polícia Civil; do Desembargador Lúcio Urbano, Secretário de Defesa Social; do Prof. Luiz Flávio Saporì, Secretário Adjunto de Defesa Social; e do Dr. Agílio Monteiro, Subsecretário de Administração Penitenciária.

Sr. Governador, sem a assessoria desses Secretários e chefes de polícia, com certeza o plano não teria saído dessa forma. Além disso, para que fosse colocado em prática, precisávamos não apenas de vontade política, mas também de coragem, determinação e boa-vontade, como aconteceu com o Programa Habitacional que V. Exa. tem tentado implantar. Era necessário que o Governador fosse a Brasília, discutir com o Presidente Lula, dizendo-lhe que precisava de uma linha especial de crédito junto à Caixa Econômica Federal. Precisávamos de um Governador com coragem, boa-vontade e espírito público, para tomar decisões arrojadas como essa.

Portanto, ficam aqui os nossos parabéns pela grande iniciativa e a certeza de que, em um futuro muito próximo, a população irá sentir os efeitos desse plano.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por seu trabalho à frente da Comissão de Segurança Pública, sempre agindo com a maior isenção, cobrando o que deve ser cobrado e elogiando o que é feito de bom.

O Governador já deu um grande passo para aumentar a segurança do povo mineiro. Sou médico legista e, portanto, pertencço à Polícia Civil, assim como o senhor, que é Sargento, e sabemos que a ausência de ações como essa, em que há uma concentração, uma organização mínima, traz prejuízo enorme para a sociedade.

Já fui Prefeito no interior e sei que as dificuldades estão, além de toda essa aparente desorganização, na falta de condições operacionais no município. Se o Prefeito não ajudar, quase como um favor, por meio de convênios, fica muito difícil executar as tarefas mais básicas da polícia. Podemos contar, no Estado, as regionais que possuem um IML.

Presenciou-se, recentemente, em Belo Horizonte, as condições do IML. Não devemos pensar no IML como apenas um lugar para onde é levada aquela pessoa que faleceu violentamente, porque há uma polícia técnica por trás, e a condução da investigação é importante. Houve um grande avanço, mas não podemos deixar de refletir que o aumento da violência, muitas vezes, é causado pela omissão dos responsáveis pela segurança. No presídio de Contagem, entraram "freezers", geladeiras, televisões e piscina. É lógico que houve omissão e colaboração de agentes. Solicito a V. Exa. que, como Presidente, comece a pensar em aumentar as penas dos policiais e dos responsáveis por omissão e contribuição com o crime; e, ao mesmo tempo, na criação de uma Procuradoria especial e específica para julgar os casos de crimes, por ação ou omissão, dos funcionários responsáveis pela segurança. Coibindo essas ações, com certeza teremos uma segurança mais eficiente.

O Deputado Sargento Rodrigues - Obrigado, Deputado Chico Simões. Hoje, pela manhã, realizamos uma audiência pública e, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, em momento algum arredarei o pé da fiscalização dos atos do Poder Executivo. Como base de Governo, não posso abrir mão disso e também não poderia me encontrar com o eleitor sem levar uma resposta positiva.

Essa apreensão ocorrida na Penitenciária Nelson Hungria só foi possível devido a ordem expressa do Dr. Agílio Monteiro, neste Governo, determinando ao Comando da PM uma visita inopinada. O êxito foi obtido pela nova direção deste Governo. Registro os nossos parabéns à iniciativa do Dr. Agílio. Acredito que, com essa renovação, teremos uma nova Penitenciária Nelson Hungria, pois, hoje, o que encontramos é uma balbúrdia.

Com o Deputado Rogério Correia, membro efetivo da Comissão, estaremos, às 17h30min, com o Desembargador Lúcio Urbano e o Subsecretário Agílio Monteiro, pedindo o afastamento do Diretor-Geral e de todos os Diretores da penitenciária. Não é possível que entrem com "freezers", com não sei quantos quilos de carne, DVDs, televisores, alicates e armas de fogo pela porta da frente da penitenciária, sem que a direção tome conhecimento desse fato. A medida deverá ser tomada imediatamente. Os detentos estavam usando até piscina!

Os braços do Fernandinho Beira-Mar estão instalados na Penitenciária Nelson Hungria, que um articulista chamou de Penitenciária Nelson "Alegria". Concordo com esse jornalista, porque, a cada final de semana, os presos perigosos promovem um churrasco. Deveriam estar cumprindo pena em regime fechado, segundo a Lei de Execução Penal, mas estão soltos, comandando os pavilhões e a penitenciária livremente. Isso é uma vergonha! Tenho a certeza de que o pedido da Comissão de Segurança Pública será acatado imediatamente, porque, se for necessário, estaremos recolhendo assinaturas para que seja instalada uma CPI, a fim de nos aprofundarmos nas investigações, quebrando o sigilo bancário e telefônico dos Diretores. Não podemos admitir que a Polícia Federal, a Militar e a Civil levem dois anos para prender um traficante internacional de cocaína, como o boliviano, para que fique preso por apenas dois meses, ganhando as ruas em total tranquilidade.

Medidas estão sendo tomadas, e não podemos abrir mão delas. Chega de tanta bandalheira nessa área da segurança pública!

Como Deputados, fiscais das ações do Executivo, não podemos abrir mão dessa prerrogativa e, a cada dia, contabilizar mortes de cidadãos inocentes nas mãos de marginais, que deveriam estar cumprindo pena em regime fechado, na cela, trancados, e não comandando penitenciária.

Agradeço-lhes a paciência e informo-lhes que às 17h30min estaremos, junto com o Desembargador Lúcio Urbano, pedindo providências para solução do caso. Parabenizo o Governador Aécio Neves pela iniciativa e coragem com relação ao Plano Emergencial de Segurança Pública. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - A Bancada do PT-PC do B concorda com o veto. A bancada anterior do PT colocou-se contrária ao projeto. Há alteração na correlação de forças no que diz respeito à composição do FUNTRANS, na medida em que duas novas unidades passam a fazer parte dele. Apesar de importantes, essas unidades são ligadas às empresas de transportes, e achamos que isso deixou em desvantagem outros setores que deveriam ser representados. Concordamos, pois, com a manutenção do veto, mas, caso haja alterações profundas quanto à composição do FUNTRANS, estaremos dispostos a discuti-lo. A escolha de apenas duas entidades merece ressalva, porque outras também devem participar dessa composição para manter o equilíbrio das forças.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 1º/4/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Chico Simões

exonerando Charles Siqueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Sílvia Regina Melo Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Jose Jorge Barbosa de Aguiar do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Luciano Monteiro da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Márcia Lidiane de Moraes Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Regina Pinto Duarte de Freitas para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Ronaldo

exonerando, a partir de 1º/4/2003, Julio Cesar Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Mary Lúcia Carlos Sarsur do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Zumara Aparecida Motta Lage do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Mary Lúcia Carlos Sarsur para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Zumara Aparecida Motta Lage para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

exonerando, a partir de 1º/4/2003, Miguel Angelo Silva Cunha do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Barbara Cerqueira e Souza Maia para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Jaine Moreira de Abreu do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

nomeando Jessy Florindo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Neider Moreira

nomeando Jaine Moreira de Abreu para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Alexandre Werneck de Oliveira para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Turismo, Indústria e Comércio.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais – Diário do Legislativo, edição de 1º/4/2003, que nomeou José Izidoro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-1, 4 horas, com exercício na Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

nomeando Fábica Cristina Izidoro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Credenciada: Sandra Maria Alves de Andrade. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Mantena. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Diamantina. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Aviso de Licitação

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 155/2002

COLETA DE PREÇOS Nº 155/2002

Em 31/3/2003, a Assembléia Legislativa rescindiu amigavelmente a Ordem de Compra nº 324/2002 junto à Empresa Santo Agostinho Livraria e Papelaria Ltda., com base no art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATAS

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 26/3/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 28/3/2003, na pág. 17, col. 1, sob o título "Designação de Comissões", no primeiro parágrafo, onde se lê:

"(garante o ensino de Filosofia, Sociologia e Conceitos Básicos da Legislação Eleitoral nas escolas públicas de ensino médio.)", leia-se:

"(acrescenta o ensino de Conceitos Básicos de Legislação Eleitoral nas escolas públicas de ensino médio)".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação de atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 29/3/2003, na pág. 66, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Fábio Avelar", onde se lê:

"Marlene Resende Viana", leia-se:

"Marleine Rezende Viana".